

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**BRUNA MARIA DIAS DOS SANTOS**

**A DISCUSSÃO DA(S) DESIGUALDADE(S) NO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE DO  
ESTADO DA BAHIA – 2010**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA  
2017**

**BRUNA MARIA DIAS DOS SANTOS**

**A DISCUSSÃO DA(S) DESIGUALDADE(S) NO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE DO  
ESTADO DA BAHIA – 2010**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II.

**PROF<sup>ª</sup> ORIENTADORA: ANDRÉA BRAZ DA COSTA**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA  
2017

S234d Santos, Bruna Maria Dias dos.  
A discussão da(s) desigualdade(s) no capitalismo: uma análise do estado da Bahia - 2010./ Bruna Maria Dias dos Santos, 2017.  
78f.  
Orientador (a): Me. Andréa Braz da Costa.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.  
Inclui referências. F. 77-78.  
1. Capitalismo – Desigualdades – Estado da Bahia. 2. Desigualdade - Dimensões. I. Costa, Andréa Braz da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T

CDD: 339.21

*Catálogo na fonte:* Juliana Teixeira de Assunção CRB-5/1890  
UESB- Campus Vitória da Conquista – BA.

**BRUNA MARIA DIAS DOS SANTOS**

**A DISCUSSÃO DA(S) DESIGUALDADE(S) NO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE DO  
ESTADO DA BAHIA – 2010**

Trabalho monográfico submetido ao curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 20/12/2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Andréa Braz da Costa  
Orientador (a)

---

Prof. Me. Érico Rodrigo Mineiro Pereira  
Examinador (a)

---

Prof. Me. Marcos Antonio Tavares Soares  
Examinador (a)

## **AGRADECIMENTOS**

Gratidão à Deus, pelo dom da vida e por me cercar de pessoas maravilhosas que me ensinam diariamente à partilhar, amar e seguir o “baile”. Dentre elas, destaco os meus amorosos pais, que mesmo não concordando com a escolha do curso, não mediram esforços para que fosse possível concluir essa etapa. Amo vocês!! Estendo meus agradecimentos, aos meus familiares, “Família Moreno” e aos velhos amigos do ensino médio que foram suporte, carinho e reciprocidade.

Agradeço também a minha orientadora, Andréa Braz “Pró Déa”, por me ensinar a ter mais paciência e respeitar o tempo do próximo, mesmo que para isso, fosse preciso alguns “puxões de orelha”. Só tenho a dizer, que bem mais que discutir desigualdades no capitalismo, esse período juntas, foi muito importante para meu amadurecimento e compreensão da dinâmica do tempo. Vou sentir saudades. Forte Abraço!!

Por fim, agradeço aos amigos que a graduação proporcionou...pessoas do bem e que estão sempre dispostas em partilhar conhecimento e boas energias. Um “abraço” em: Hábila Chagas, Isac Gonçalves, Jonathan Lopes, “CURRAL”, Vinícius Correia, Mary Nascimento, Roberto Paulo, “Zé Antônio”, Paloma Silva e Paulo do “colegiado”.

## RESUMO

O presente trabalho têm como objetivo abordar a discussão da(s) desigualdade(s) no capitalismo, centrando na análise do Estado da Bahia no ano de 2010. Para se alcançar este objetivo, destacaram-se alguns elementos nas quais as desigualdades poderiam se expressar, sendo eles: a propriedade privada, o trabalho, o modo de produção capitalista, as discussões a respeito da questão social e o próprio avanço de novas desigualdades, através de diferentes dimensões (gênero, etnia, acesso à serviços públicos, renda). A partir desse debate, coube à análise buscar responder, considerando um conjunto de dimensões, como se expressam as desigualdades no Estado da Bahia, no ano de 2010? A pesquisa desenvolvida, considerando seu objetivo geral, classifica-se como descritiva. Dessa maneira, a abordagem da realidade baiana no que tange à(s) desigualdade(s) se encaixaria nesta modalidade. De modo complementar, ressalta-se que a pesquisa também se classifica como pesquisa bibliográfica, e por fim, dados secundários serão utilizados, tendo como fonte principal o Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010. Nesses microdados, foram analisadas as dimensões das desigualdades no Estado da Bahia nesse período, sendo elas: sexo/gênero, renda, educação, cor/ etnia, infraestrutura pública e bens domiciliares. Nessa direção, após analisar as diferentes dimensões: renda (fazendo uso do corte para os pobres e não pobres), sexo/gênero, cor/etnia e infraestrutura pública e bens domiciliares, encontraram-se disparidades no que concerne aos rendimentos, níveis de estudos, qualificações, níveis de ocupações do trabalho principal e das subcategorias e no acesso aos serviços públicos. Em síntese, essas disparidades encontradas respondem a problemática e se associam às discussões presentes neste debate.

Palavras-chave: Desigualdades. Dimensões. Bahia. Capitalismo.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 –Distribuições de renda do trabalho – Países Escandinavos (1970-1980) e Estados Unidos (2010)</b>	<b>43</b>
<b>Tabela 2 - Distribuição da população por cor/etnia e sexo na Bahia (2010)</b>	<b>56</b>
<b>Tabela 3– Distribuição da população, por sexo, considerando o curso mais elevado que frequentou – Bahia (2010)</b>	<b>57</b>
<b>Tabela 4 – Distribuição da população, por sexo, considerando a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Bahia (2010)</b>	<b>58</b>
<b>Tabela 5 – Subgrupos/categorias do emprego no trabalho principal – Bahia (2010)</b>	<b>59</b>
<b>Tabela 6 – Distribuição da população pobre e não-pobre, considerando o curso mais elevado que frequentou– Bahia (2010)</b>	<b>61</b>
<b>Tabela 7 – Distribuição da população pobre e não-pobre, considerando a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal - Bahia (2010)</b>	<b>62</b>
<b>Tabela 8 – Distribuição da população pobre e não-pobre, considerando os Subgrupos/categorias do emprego no trabalho principal pela – Bahia (2010)</b>	<b>63</b>
<b>Tabela 9 – Distribuição da população, por cor/etnia, considerando o Curso mais elevado que frequentou - Bahia (2010)</b>	<b>65</b>
<b>Tabela 10 – Distribuição da população, por cor/etnia, considerando a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Bahia (2010)</b>	<b>65</b>
<b>Tabela 11 - Distribuição da população, por cor/etnia, considerando os subgrupos/categorias do emprego no trabalho principal – Bahia (2010)</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 12 – Distribuição da população ocupada, por sexo e cor/etnia, considerando a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Bahia (2010)</b>	<b>68</b>
<b>Tabela 13 – Distribuição da população, por renda e cor/etnia, considerando a coleta de Lixo realizada por serviço de limpeza – Bahia (2010)</b>	<b>69</b>
<b>Tabela 14 – Distribuição da população, por renda e cor/etnia, considerando o abastecimento de água pela rede geral de distribuição - pop. baiana (2010)</b>	<b>69</b>
<b>Tabela 15 – Distribuição da população, por renda e cor/etnia, considerando a rede de esgoto - pop. baiana (2010)</b>	<b>70</b>
<b>Tabela 16 – Distribuição da população, por renda e cor/etnia, considerando a rede de energia elétrica - pop. baiana (2010)</b>	<b>70</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>1 DESIGUALDADE: APONTAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS</b>	<b>10</b>
<b>1.1 O debate da desigualdade sob a ótica de alguns autores clássicos</b>	<b>10</b>
<i>1.1.1 Jean-Jacques Rousseau</i>	10
<i>1.1.2 Adam Smith</i>	13
<i>1.1.3 Karl Marx</i>	19
<b>2 “NOVAS” E “VELHAS” DESIGUALDADES NA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA</b>	<b>26</b>
<b>2.1 Questão social no capitalismo como forma de discussão da desigualdade e o debate sobre sua metamorfose</b>	<b>26</b>
<b>2.2 A multidimensionalidade de Sen</b>	<b>32</b>
<b>2.3 O repertório das desigualdades na visão de Fitoussi e Rosanvallon</b>	<b>36</b>
<b>2.4 Renda e mercado de trabalho sobre a ótica de Thomas Piketty</b>	<b>41</b>
<b>2.5 Problematizando a questão da(s) desigualdade(s)</b>	<b>45</b>
<b>3 A(S) DESIGUALDADE(S) NO ESTADO DA BAHIA – 2010</b>	<b>54</b>
<b>3.1 Sexo/Gênero</b>	<b>55</b>
<b>3.2 Renda</b>	<b>60</b>
<b>3.3 Cor/etnia</b>	<b>64</b>
<b>3.4 Infraestrutura pública e bens domiciliares</b>	<b>68</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>77</b>

## INTRODUÇÃO

O debate em torno da desigualdade não é novo e está presente desde os primórdios do capitalismo, possuindo variados fundamentos que podem explicar sua origem e perpetuação no sistema capitalista.

No debate em torno da desigualdade, várias frentes de análise podem ser construídas, tanto numa perspectiva mais teórica quanto mais quantitativa e isso se constituiu em desafio para esta monografia. Assim, a opção escolhida, após o acúmulo de leituras e análises, foi o de apresentar o debate em torno do que se chamou de “velhas” e “novas” desigualdades, tentando expressar um extrato de uma parte do debate das perspectivas mais teóricas e, posteriormente, seguir para uma análise mais descritiva de dados, partindo para uma realidade mais específica, no caso o Estado da Bahia no ano de 2010.

O estado da Bahia quando comparado a outros estados do Nordeste apresenta vários dados que o colocam em situação desfavorável em relação aos demais. Tais evidências referem-se a características de acesso a renda, educação, infraestrutura pública e desenvolvimento humano. Muito embora não seja o objetivo desta pesquisa abordar as diferenças entre os estados do Nordeste, o destaque se faz presente para ressaltar a importância em tomar como objeto de estudo o estado da Bahia quando nos referimos a desigualdade.

Pontua-se na Bahia, de acordo com o DATASUS (2017), a existência de um número elevado de pobres, ao se comparar com o total de pobres no Brasil. O que por sua vez, contrasta com os bons níveis do Produto Interno Bruto que o mesmo apresenta, comparado aos demais estados nordestinos.

O Estado apresenta também baixos níveis de educação, principalmente quando se verifica os níveis de ocupados com nível superior. Seu resultado só não é menor que o do Estado do Maranhão, na região Nordeste, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (ATLAS..., 2017). Todavia, no que concerne ao acesso a serviços públicos, o mesmo não se apresenta de forma universal entre a população baiana, gerando possíveis disparidades.

A pesquisa proposta guiou-se pelo seguinte problema: considerando um conjunto de dimensões, como se expressa a desigualdade no Estado da Bahia, no ano de 2010?

O objetivo geral da pesquisa é abordar a discussão da(s) desigualdade(s) no capitalismo centrando na análise no Estado da Bahia, para o ano de 2010. Este objetivo é desmembrado em objetivos específicos, quais sejam: investigar o processo histórico e social em que as desigualdades se originam no capitalismo enquanto sistema de produção; destacar os

novos debates sobre a(s) desigualdade(s); analisar a realidade do Estado da Bahia no que tange à(s) desigualdade(s) no ano 2010.

A pesquisa desenvolvida, considerando seu objetivo geral, classifica-se como descritiva. Dessa maneira, a abordagem da realidade baiana no que tange à(s) desigualdade(s) se encaixaria nesta modalidade. De modo complementar, ressalta-se que a pesquisa também se classifica como pesquisa bibliográfica, e por fim, dados secundários serão utilizados, tendo como fonte principal o Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010. Nesses microdados, foram analisadas as dimensões das desigualdades no Estado da Bahia nesse período, sendo elas: sexo/gênero, renda, educação, cor/ etnia, infraestrutura pública e bens domiciliares.

Além desta introdução, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. No capítulo um são apresentadas algumas discussões sobre as desigualdades, com o objetivo de investigar o processo histórico e suas possíveis origens no capitalismo enquanto sistema de produção. Essa análise conta com as contribuições dos trabalhos dos autores: Jean-Jacques Rousseau (2001), Adam Smith (1996) e Karl Marx (1984, 1996).

Posteriormente, no capítulo dois, são apresentados os debates sobre as desigualdades. Incluindo o debate sobre a “questão social”, a partir da interpretação de Robert Castel (1998, 2010). Em seguida, foi abordada, “a multidimensionalidade” de Amartya Sen (2000, 2001), na qual trata o fenômeno pelo viés da liberdade e desenvolvimento das capacidades de cada indivíduo.

Nesse sentido, foi abordado também a ocorrência de “Novas desigualdades” na contemporaneidade, apresentadas pelos autores Jean-Paul Fitoussi e Pierre Rosanvallon (1997) atrelando as dimensões econômica e social, as desigualdades tradicionais/estruturais e desigualdades dinâmicas/novas. Também foram realizadas as discussões sob a dimensão “desigualdade de renda” na visão Thomas Piketty (2014, 2015) e por fim, foi realizada uma problematização da questão social.

Não obstante, o último capítulo apresenta a análise das dimensões encontradas no censo do IBGE (2010). A princípio, foram expostas algumas características socioeconômicas do Estado. Posteriormente, foram apresentados os resultados extraídos da análise das dimensões acerca das desigualdades encontradas no Estado da Bahia no ano de 2010.

## 1 **DESIGUALDADE: APONTAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS**

Iniciar a discussão a respeito da desigualdade não constitui tarefa fácil e rápida. No entanto, com o propósito de debater a mesma, algumas referências se mostraram fundamentais para a discussão e serão apresentadas nos itens a seguir.

Para tanto, o capítulo se inicia discorrendo sobre a questão da desigualdade na perspectiva de Jean-Jacques Rousseau, na obra “Discurso sobre a origem da desigualdade” (2001) apontando aí as primeiras discussões em torno do tema.

Em seguida, são apresentados aspectos levantados por Adam Smith, a luz da obra “A Riqueza das Nações” (1996), que se referem às desigualdades associadas aos salários, lucros, empregos de mão-de-obra e de capital.

Por fim, serão abordadas nesse capítulo, as considerações feitas por Karl Marx, a partir da obra “O Capital” (1984, 1996), tendo em vista a sua contribuição na discussão das origens do capitalismo e de sua forma de estruturação, que se constitui em interpretação relevante no entendimento da desigualdade.

### 1.1 **O debate da desigualdade sob a ótica de alguns autores clássicos**

#### 1.1.1 *Jean-Jacques Rousseau*

Uma das primeiras associações feitas ao fenômeno ‘desigualdades’ pode ser encontrada nos estudos de Jean-Jacques Rousseau, na obra “Discurso sobre a origem da desigualdade”, publicado em 1754.

A obra é dividida em duas partes. Na primeira Rousseau (2001, p.43-90) se interessa em analisar o homem na sua forma natural<sup>1</sup> sem o considerar como um homem social. Posteriormente, o mesmo discute as mudanças decorrentes ao longo do tempo para que surgissem o homem social.

Na segunda parte, Rousseau (2001, p.91-141) tenta explicar as possíveis origens das desigualdades e os impactos causados por esse fenômeno, que se entrelaça com a mudança do homem natural para o homem social retratado de forma mais precisa na primeira parte da obra.

Inicialmente, as buscas por essas origens são postas pelo autor baseadas na existência de dois tipos de desigualdades: 1) uma na qual se considera o fenômeno como natural<sup>2</sup>. Nesse

---

<sup>1</sup> Nesse estado, segundo o autor “[...]o homem agiria de acordo com o seu instinto de sobrevivência, de forma individual e organizada” (ROUSSEAU, 2001, p.56-57).

<sup>2</sup> O fenômeno é considerado natural pelo autor porque são estabelecidos pela natureza (ROUSSEAU, 2001, p.38-39).

aspecto se encontram as diferenças de idade, força corporal, saúde. 2) A outra forma desse fenômeno se configura em considerar as desigualdades como um fenômeno moral/político (ROUSSEAU, 2001, p.38-39).

O autor observa que, diferentemente das desigualdades naturais, os homens têm o poder de alterar as relações sociais. Nesse sentido, as diferenças apareceriam nos diferentes níveis de renda, que fariam surgir os privilégios, que tornariam alguns indivíduos mais ricos e supostamente honrados em relação aos demais (ROUSSEAU, 2001, p.38-39).

Posteriormente, para dar continuidade às discussões a respeito das diferenças relatadas anteriormente, Rousseau (2001) introduz a propriedade privada como uma das responsáveis pela existência das desigualdades e a formação da própria sociedade civil, ao relatar que:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil (ROUSSEAU, 2001, p.91).

Nesse sentido, o autor, a partir dessa ideia de propriedade, verifica que para chegar na mesma, a sociedade teve que se transformar progressivamente durante um longo tempo, principalmente na maneira com que os indivíduos compreendiam a sua função na sociedade primitiva.

O homem natural não era dotado de grandes habilidades, como relata o autor, no entanto, conseguia garantir a sua sobrevivência, devido ao fato de se caracterizarem como animais racionais, o que os diferenciavam dos demais animais.

Rousseau (2001, p.106-107), no desenvolver de sua discussão em torno da origem da desigualdade, menciona o trabalho como elemento importante no entendimento dos primeiros traços de propriedade e, posteriormente, da própria desigualdade.

O autor observou que atrelado ao trabalho se encontrava a propriedade. Nela ocorria o surgimento de regras de justiça que faziam com que os homens passassem a vislumbrar no cultivo das terras a ideia de partilha.

Todavia, essa partilha não poderia ser realizada sem o emprego do trabalho, já que segundo essas regras só se poderia dividir algo que a ele pertencia. Para se ter esse ‘algo’, concluiu o autor, haveria a necessidade de se trabalhar nesse algo, para assim ter direito sobre o mesmo. Dessa forma, no entendimento de Rousseau,

Só o trabalho, dando direito ao cultivador sobre o produto da terra que lavrou, lho dá por conseguinte sobre o fundo, pelo menos até a colheita, e assim todos os anos; e isso, constituindo uma posse contínua, transforma-se facilmente em propriedade (2001, p.107).

Aos poucos o trabalho, além de justificar a existência da propriedade, começa a apresentar desigualdades ainda não observadas, retratadas por Rousseau como desigualdade natural.

Nesse sentido, as diferenças de idade, força corporal e demais habilidades passam a ser determinantes para que ocorra uma ampliação das desigualdades entre os homens no ambiente na qual o trabalho estava inserido.

A partir dessas características, têm-se no entendimento de Rousseau (2001, p.108) que o mais forte faria mais tarefas, outros trabalhadores por sua vez irão encontrar maneiras de se abreviar o trabalho, ou poderá ocorrer dos indivíduos, trabalhando em mesmo nível de produtividade, uns ganharão muito, e outros, bem pouco.

Ocorre que, atreladas as características naturais de cada indivíduo, as desigualdades naturais se desenvolvem com outras desigualdades encontradas no trabalho, e tornam os seus efeitos mais duradouros (ROUSSEAU, 2001, p.108). O trabalho se apresenta como um elemento para que ocorram as desigualdades, sendo possível que se ampliem as formas das desigualdades além do trabalho.

Algumas características relacionadas ao mérito e ao talento, como: beleza, habilidades e força foram importantes segundo o autor para que os homens pudessem atrair a consideração e se destacar frente os demais (ROUSSEAU, 2001, p.109).

Porém, algumas questões subjetivas como os sentimentos de ambição se ampliaram, fazendo com que os homens vislumbassem a necessidade de se fazer fortuna e de prejudicar os demais em prol de suas necessidades pessoais (ROUSSEAU, 2001, p.109-110).

Essas desigualdades naturais aos poucos vão se intensificando, ao ponto de se associarem a outros problemas estruturais, estagnando por sua vez, a liberdade natural. Rousseau (2001) compreende que uma possível solução para avançar nessa questão seria com um contrato que estabelecesse a liberdade dos indivíduos e ao mesmo tempo protegesse seus bens. Trovão (2015), ao destacar a perspectiva de Rousseau, afirma:

Para Rousseau, o *Contrato Social* apresentava o desafio de proteger as pessoas e seus bens e, ao mesmo tempo, garantir a liberdade individual. Seu argumento é o de que, com O *Contrato Social*, ocorreria uma alienação da liberdade individual característica da condição da natureza humana para que esta se configurasse em uma liberdade que correspondesse à vida em sociedade, o que legitimaria a desigualdade fundada na propriedade privada. Segundo Rousseau (1754), essa alienação é singular pois a comunidade, ao aceitar a existência dos bens de outras pessoas, legitima-os, não reconhecendo a usurpação, o direito e o gozo pelo simples fato de possuir uma propriedade (TROVÃO, 2015, p.9, grifo do autor).

Para Rousseau a forma sob a qual os homens se corrompiam na sociedade, decorrentes da mudança do estado natural para o social contribuíram para o surgimento das desigualdades. Segundo ele,

[...] Resulta do exposto que a desigualdade, sendo quase nula no estado de natureza, tira a sua força e o seu crescimento do desenvolvimento das faculdades e dos progressos do espírito humano, tornando-se enfim estável e legítima pelo estabelecimento da propriedade e das leis (ROUSSEAU, 2001, p.140-141).

As mudanças que fizeram o homem passar do seu estado natural para o social difundiram a propriedade, o trabalho, a divisão do trabalho, a acumulação do capital e a própria exploração do trabalhador, já que nesse estado em que os homens se encontram, segundo o autor, prevalece a ambição de se fazer fortuna às custas de outros, fazendo surgir os governantes e os governados, a violência, a precariedade do trabalho e a miséria. A solução, tratada pelo autor seria uma possível liberdade política (na forma do contrato social), que estabeleceria a liberdade dos indivíduos e ao mesmo tempo protegeria seus bens. Essa seria uma maneira de amenizar as desigualdades oriundas da propriedade privada.

### *1.1.2 Adam Smith*

Na visão de Adam Smith, na obra “A Riqueza das Nações” (1996), as desigualdades se associariam à ideia de propriedade, onde as mesmas deveriam apresentar um valor mínimo, equivalente a dois ou três dias de trabalho. Nesse sentido, para o autor, onde se tivessem grandes propriedades, teriam também desigualdades, em suas palavras,

[...] Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos. A fartura dos ricos excita a indignação dos pobres, que muitas vezes são movidos pela necessidade e induzidos pela inveja a invadir as posses daqueles (SMITH, 1996, p.188).

Dessa maneira, para se evitar que ocorram essas invasões dos pobres sob às propriedades, segundo ele, os ricos deveriam estar protegidos pelo magistrado civil, que cria por sua vez, uma suposta subordinação dos demais homens ao governo civil. No entendimento de Smith (1996, p.188) “[...] a necessidade de governo aumenta gradativamente com a aquisição de propriedade valiosa, da mesma forma as causas principais que criam naturalmente a subordinação aparecem com o crescimento dessa propriedade valiosa”.

De acordo com o autor, além dessa situação de subordinação, existiriam quatro outras causas/circunstâncias, consideradas pelo mesmo, como natural, que provocariam à

subordinação. Smith (1996) às considera natural, pois elas poderiam existir antes de qualquer instituição civil.

Assim, a primeira causa que o autor elenca é sobre “[...] superioridade das qualificações pessoais, da força, da beleza e da agilidade corporal da sabedoria, da virtude, da prudência, da justiça, da fortaleza e da prudência de espírito” (SMITH, 1996, p.188). Convergindo por sua vez, com as características mencionadas por Rousseau (2001), que para o mesmo, poderiam atrair a consideração e se destacar frente os demais.

Seriam essas características físicas (força e beleza), atreladas às subjetivas (prudência de espírito, sabedoria e virtude), que na visão do autor, poderiam ser consideradas como qualidades invisíveis, já que não seriam palpáveis. As mesmas poderiam até controlar alguns indivíduos, mas estariam sempre sendo questionadas quanto a sua efetividade.

Dessa forma, uma segunda causa se relacionaria à superioridade da idade. Nas palavras do autor, um homem velho “[...] desde que sua idade não seja tão avançada a ponto de que se levante a suspeita de caduquice, em toda parte é mais respeitado que um homem jovem, de posição, fortuna e habilidade iguais” (SMITH, 1996, p.189).

A idade aqui traria o que a primeira causa não apresentava, a mesma representaria uma superioridade que não poderia ser contestada, diferentemente das características invisíveis mencionadas anteriormente.

Com efeito, a terceira circunstância mencionada pelo autor refere-se sobre à superioridade de fortuna. Essa superioridade dada aos ricos mediante a fortuna, se expressa na necessidade de sobrevivência que os demais indivíduos (não ricos) teriam. Assim, os mesmos passavam à se submeter as possíveis ordens desses possuidores de riquezas, gerando uma dependência dos pobres em relação aos ricos, o que elevaria à superioridade dos últimos (SMITH, 1996, p.189).

Quanto à quarta causa, a mesma se apresentava na superioridade de nascimento, que poderia também se relacionar com a superioridade de fortuna da família. Para Smith (1996, p.190) “[...] A antiguidade de família em toda parte significa a antiguidade de riqueza ou daquela importância que se fundamenta na riqueza ou a acompanha”.

Dessa maneira, o nascimento e a fortuna para o autor seriam duas formas principais de separação entre os homens. Em suas palavras,

[...] É na era dos pastores, que a desigualdade de fortuna começa a existir, introduzindo entre as pessoas um grau de autoridade e subordinação cuja existência era impossível anteriormente. Esta desigualdade de fortuna dá, portanto, certa relevância àquele governo civil indispensavelmente necessário para a preservação da própria sociedade e; e, ao que parece, ela o faz

naturalmente, independentemente mesmo da consideração da referida necessidade (SMITH, 1996, p.191).

O governo civil se apresenta nesse período, como intermediador dos ricos, em prol de suas necessidades (proteção de suas propriedades). Para isso, os demais indivíduos possuidores de menores riquezas, passaram a defender também esses ricos, já que a segurança desses dependeria da segurança adquirida dos mais ricos. Smith (1996, p.192) acrescenta que:

[...] Estes constituem uma espécie de pequena nobreza, interessada em defender a propriedade e em apoiar a autoridade de seu próprio pequeno soberano, para que este seja capaz de defender a sua propriedade e apoiar a sua autoridade. O governo civil, na medida em que é instituído para garantir a propriedade, de fato o é para a defesa dos ricos contra os pobres, ou daqueles que têm alguma propriedade contra os que não possuem propriedade alguma.

Além dessas questões relacionadas à propriedade, para Smith (1996), às desigualdades se associam aos salários e ao lucro nos diversos empregos de mão-de-obra e de capital, uma vez que, na visão do mesmo, o conjunto de vantagens e desvantagens dos variados empregos de mão-de-obra e de capital deveriam tender a igualdade. Em suas palavras,

[...] em uma sociedade em que se deixasse as coisas seguirem seu curso natural, e em que houvesse perfeita liberdade, tanto para cada um escolher as profissões que acreditasse apropriadas, como para mudar de profissão sempre que considerasse conveniente. O interesse de cada um levaria a procurar o emprego vantajoso e evitar o desvantajoso (SMITH, 1996, p. 147).

Nesse sentido, na busca de compreender essas circunstâncias, Smith (1996) divide em duas partes essa análise. Sendo elas: “Desigualdades decorrentes da natureza dos próprios empregos” e “Desigualdades oriundas da política na Europa”.

Na primeira parte, o autor elenca cinco circunstâncias que refletem as disparidades nos empregos, que fazem com que existam ganhos pecuniários altos em uns e em outros, ganhos pequenos.

Na primeira circunstância, “[...] os salários do trabalho variam segundo a facilidade ou dureza, o grau de limpeza ou sujeira, o prestígio ou desprestígio da profissão” (SMITH, 1996, p.148).

Essa constatação respondia a parte das situações de empregos existentes, onde as diferentes características atribuídas ao emprego trariam diferentes remunerações. Dessa forma, um oficial de alfaiate ganharia menos que um oficial de tecelão, já que o seu trabalho é considerado mais fácil de ser executado (SMITH, 1996, p.148).

Em uma segunda circunstância, “[...] os salários do trabalho variam com a facilidade e o pouco dispêndio, ou a dificuldade e a alta despesa requeridas para aprender a ocupação” (SMITH, 1996, p. 149). O autor exemplifica que,

[...] Uma pessoa formada ou treinada a custo de muito trabalho e tempo para qualquer ocupação que exija destreza e habilidade extraordinárias [...] Espera-se que o trabalho que essa pessoa aprende a executar, além de garantir-lhe o salário normal de um trabalho comum, lhe permita recuperar toda a despesa de sua formação, no mínimo com os lucros normais de um capital do mesmo valor (SMITH, 1996, p.149).

Nesse sentido, ele irá colocar que a diferença entre os salários do trabalho qualificado e os do trabalho comum decorre dessa circunstância. Assim, o trabalho relacionado ao dos mecânicos e operários de manufaturas, podem ser considerados como qualificado, ao passo que os trabalhadores do campo como trabalho comum (SMITH, 1996, p.149).

Sobre a terceira circunstância, a mesma denota que “[...] os salários do trabalho em ocupações diferentes variam com a constância ou a inconstância do emprego” (SMITH, 1996, p. 150).

Nesse sentido, algumas ocupações garantem certa segurança para o trabalhador, exemplificado por ele, nos trabalhos de diaristas nas manufaturas, que existe uma necessidade em se empregar nessa ocupação. Diferentemente dos ofícios de pedreiro, que dependem de condições climáticas favoráveis, dificultando assim, de exercer suas funções em dias chuvosos, por exemplo (SMITH, 1996, p. 150).

Sobre essas ocupações mais constantes, quando as mesmas deixam de oferecer essa segurança em uma determinada região, os salários dos trabalhadores sobem em relação à média normal dos salários dos trabalhadores comuns, exemplificado pelo autor, ao comparar os salários dos trabalhadores comuns com o dos artesãos mais qualificados (SMITH, 1996, p.151-152).

Em uma quarta circunstância, “[...] os salários do trabalho variam de acordo com o grau de confiança – pequeno ou grande – que se deve depositar nos trabalhadores” (SMITH, 1996, p.152). Essa situação é apresentada pelo autor, relacionando algumas profissões que necessitam de uma maior confiança, em contraponto, com outras de menor. Dessa forma, a profissão de joalheiro e ourives é tida como de alta confiança, já que são confiados materiais preciosos para os mesmos.

Por fim, em uma quinta circunstância, “[...] o salário do trabalho em ocupações diferentes varia de acordo a probabilidade ou improbabilidade de sucesso que elas oferecem” (SMITH, 1996, p.152).

Para o autor, existem profissões em que a probabilidade de sucesso é maior, dadas a reputação e a confiança nas quais é depositada por cada indivíduo. A admiração pública e o respeito contribuem nessa perspectiva. São exemplos dessas profissões: os médicos e advogados (SMITH, 1996, p.153). Outros aspectos como o talento, habilidades, riscos e esperanças também contribuem para o sucesso em algumas ocupações.

A natureza dessas circunstâncias se associam à um ganho pequeno de uns, em contrapartida com um ganho grande de outros. Desse modo, para se vislumbrar uma igualdade nesse conjunto de vantagens e desvantagens são necessárias três condições.

Na primeira, [...] essa igualdade só pode ocorrer naquelas ocupações que são bem conhecidas e que há muito tempo estão estabelecidas na região. Na segunda, [...] essa igualdade só pode ocorrer no estado normal desses empregos, ou seja, o que se pode chamar de estado natural desses empregos. Na terceira, [...] essa igualdade só pode ocorrer nas ocupações que constituem o único ou principal emprego que as pessoas ocupam (SMITH, 1996, p.160-162).

Assim, as desigualdades no conjunto global das vantagens e desvantagens dos diversos empregos de mão-de-obra e de capital, ocorreriam na ausência de uma dessas condições.

Para o autor, as desigualdades se intensificam com as políticas europeias. Dessa forma, a segunda parte da análise das desigualdades para o autor, refere-se às “desigualdades oriundas da política na Europa”, sendo elas: as barreiras à concorrência de alguns empregos; aumento de alguns empregos; e a criação de obstáculos à livre circulação de mão-de-obra e de capital (SMITH, 1996, p.164).

A primeira política abordada é a da restrição a concorrência em algumas profissões, que faz com que se tenha um número menor de pessoas nessas profissões, mesmo nas possibilidades de se terem um número maior de pessoas dispostas a participar dela.

O autor denota que os privilégios exclusivos de um comércio podem restringir a concorrência. Para ele,

[...] na cidade em que ele está estabelecido, àqueles que estão livres dessa ocupação. O requisito necessário geralmente exigido para obter essa liberdade é ter passado por uma aprendizagem na cidade, sob um mestre devidamente qualificado. [...] Por vezes os regimentos internos da corporação regulam o número de aprendizes que cada mestre pode ter e quase sempre determinam o número de anos da aprendizagem que cada aprendiz deve cumprir (SMITH, 1996, p.164).

Essa forma de limitação, tanto de quantidade quanto de tempo, faz com que se tenha uma redução do número de pessoas que poderiam estar exercendo essas funções e, ao mesmo

tempo, um aumento na despesa desse aprendizado. Essas políticas faziam parte do 5º Decreto de Elizabeth<sup>3</sup>, denominado “Estatuto da Aprendizagem” (SMITH, 1996, p. 164-165).

Smith (1996) propõe, que se vislumbre uma situação na qual esse tempo de aprendizagem não existisse, para que fosse possível avaliar as suas consequências, em suas palavras,

[...] Quem perderia com isso seria o mestre. Ele perderia todos os salários do aprendiz, que agora são dele. [...] Ao final, talvez também o aprendiz perderia, pois em uma ocupação tão fácil de ser aprendida ele teria mais concorrentes, e seu salário, quando ele viesse a ser um profissional completo, estaria muito abaixo do nível atual. [...] As profissões, os ofícios, todos sairiam perdendo. [...] Mas o público sairia ganhando, pois se assim se fizesse, o produto de todos os artífices e trabalhadores chegaria ao mercado com preços muito mais baixos (SMITH, 1996, p.168).

Dessa forma, para que não tivessem essas perdas é que as corporações foram implantadas. O objetivo era manter em equilíbrio os níveis dos salários e dos lucros, fazendo uso da restrição da livre concorrência.

Uma segunda política europeia que gera desigualdades no conjunto global das vantagens e desvantagens dos diversos empregos de mão-de-obra e de capital, seria que “[...] ao aumentar, em algumas profissões, a concorrência além do que ocorreria naturalmente, gera uma outra desigualdade” (SMITH, 1996, p.173-174).

Nesse sentido, o autor exemplifica que se houvesse um aumento de pessoas formadas em algumas profissões, como: direito e medicina, elevaria a concorrência de maneira que faria com que as remunerações pecuniárias baixassem muito. Para Smith (1996, p.175), “[...] poder-se-ia chegar a situação de que já não valeria a pena os pais formarem um filho às suas custas para essa profissão”.

Em uma terceira perspectiva, “[...] a política europeia, pelo fato de dificultar a livre circulação da mão-de-obra e do capital, tanto de um emprego para outro como de um lugar para outro, em certos casos provoca uma desigualdade” (SMITH, 1996, p.177).

Para ele, essas restrições ocorrem no Estatuto da Aprendizagem e nos privilégios exclusivos das corporações. Pois, ao dificultar a livre circulação de mão-de-obra de uma profissão para outra, dificulta também a circulação do capital de um emprego para outro. Já que o volume de capital depende da mão-de-obra que o setor pode empregar (SMITH, 1996, p.178).

---

<sup>3</sup> Pelo 5º Decreto de Elizabeth, comumente denominado Estatuto de Aprendizagem, ninguém poderia futuramente exercer qualquer comércio, ofício ou mister existente na Inglaterra da época, se não tivesse passado pela respectiva aprendizagem durante o mínimo de sete anos; assim, o que até ali sido o regimento de muitas corporações específicas, tornou-se na Inglaterra a lei geral e oficial para todas as ocupações existentes em cidades-mercado (SMITH, 1996, p.165).

Essas restrições pouco afetam os comerciantes ricos, pois segundo Smith (1996, p.177), os mesmos obtêm o “[...] privilégio de exercer o comércio em uma cidade em que existe corporação”, diferentemente do pobre, que em muitas situações não tem o privilégio de trabalhar na cidade que deseje.

Não obstante, Smith (1996) pontua alguns indícios da ocorrência de desigualdades na sociedade que se relacionam com a influência da propriedade, que quanto maior fossem, teríamos também, desigualdades mais expressivas, já que se tinha uma proteção aos ricos por meio do magistrado civil, criando assim supostos tipos de subordinação.

Posteriormente, o autor elenca os níveis de salários e lucros e a igualdade nos empregos de mão-de-obra e capital como geradores das desigualdades. Isso leva a compreender que não seria possível pensar em igualdade nos empregos de mão de obra e capital considerando a ideia de perfeita liberdade. Dificilmente as três condições mencionadas por Smith (1996) que tenderiam a igualdade, de fato ocorreriam, devido as características das ocupações e do estado natural dos empregos.

Dessa forma, o autor também não se propõe buscar soluções para as desigualdades, já que este não é o seu foco. Todavia, a grande preocupação do autor se porta em analisar a riqueza da nação, não se detendo no aprofundamento dessas análises sobre as desigualdades.

### 1.1.3 *Karl Marx*

No capítulo XXIV da obra “O Capital”, intitulado “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, Marx (1984, 1996) apresenta pistas sobre a presença das desigualdades.

Nesse capítulo Marx (1996, p.339) caracteriza o aparecimento de um novo modo de produção, o capitalista. Nele teremos mudanças relacionadas à propriedade privada e ao trabalho, que são elementos que atuam no processo no qual as desigualdades estão inseridas.

Em seu entendimento, “[...] A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela” (MARX, 1996, p.340). Essa decomposição é abordada na visão do autor no momento em que o servo deixa de se vincular à gleba ou de ser servo/dependente de outra pessoa. Marx (1984, p.264) pontua:

O prelúdio do revolucionamento, que criou a base do modo de produção capitalista, ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais.

Com essas mudanças, que se atrelam a uma suposta “liberdade” dos servos, os mesmos passaram a se tornar “vendedores de si mesmos”, uma vez que as velhas garantias feudais haviam se extinguido. Os meios de produção (terras) já não os pertenciam, restando-lhes apenas a venda da força de trabalho para garantia da sobrevivência (MARX, 1996, p.341). O autor ao salientar essa perspectiva, acrescenta que:

[...] O ponto de partida do desenvolvimento que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista foi a servidão do trabalhador. A continuação consistiu numa mudança de forma dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em capitalista (MARX, 1996, p.341).

Nesse sentido, surgem na visão de Marx (1996) dois personagens importantes que marcam esse novo modo de produção, sendo eles: o capitalista (detentor dos meios de produção) e o trabalhador (expropriado dos seus meios de produção).

Esse processo de separação do trabalhador dos meios de produção é explicado pelo processo de expropriação das terras, restando ao trabalhador vender sua força de trabalho em troca de um salário, logo, separando-os dos seus direitos sobre a propriedade dos meios de produção. Dessa forma, para o autor:

[...] A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1984, p.262).

Segundo Marx (1984), com a expulsão dessa massa de proletários livres que se deu com o aumento da produção de lã, esses trabalhadores passaram a ocupar os centros urbanos e na ausência de trabalho, começaram a perambular pelas cidades, tornando-se pelas leis ali vigentes, “vagabundos”, sendo enquadrados por tais leis de maneira violenta. Porém, considerada necessária para o sistema de trabalho assalariado. Marx descreve algumas destas leis:

Henrique VIII, 1530: Esmoleiros velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contraposição, açoitamento e encarceramento para vagabundos válidos. Eles devem ser amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue corra de seu corpo, em seguida devem prestar juramento de retornarem a sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos e “se porem ao trabalho” [...] Eduardo VI: Um estatuto de seu primeiro ano de governo, 1547, estabelece que, se alguém se recusa a trabalhar, deverá ser condenado a se tornar escravo da pessoa que o denunciou como vadio. O dono deve alimentar seu escravo com pão e água, bebida fraca e refugos de carne, conforme ache conveniente. Tem o direito de forçá-lo a qualquer trabalho, mesmo o mais repugnante, por meio do açoite e de correntes. Se o escravo se ausentar por 14 dias será condenado à escravidão

por toda a vida e deverá ser marcado a ferro na testa ou na face com a letra S; caso fuja pela terceira vez, será executado como traidor do Estado. O dono pode vendê-lo, legá-lo, ou, como escravo, alugá-lo, como qualquer outro bem móvel ou gado. Se os escravos tentarem alguma coisa contra os senhores, devem ser da mesma forma executados (MARX, 1984, p.275).

Sobre essa categoria “vagabundos”, na qual se inseriu esses indivíduos que não encontraram lugar na organização tradicional do trabalho, Castel (1998, p.136-137) converge com a discussão abordada por Marx, ao acrescentar no debate suas considerações sobre essa questão, que para o mesmo, atrela-se à uma construção de um paradigma negativo do vagabundo.

A partir desse paradigma, cria-se uma categoria geral de vagabundos, qualificando todos esses indivíduos como perigosos, inserindo, por sua vez, políticas repressivas como solução para essa situação.

Segundo Castel (1998), isso não soluciona o problema, pois com o banimento desses indivíduos, que os obriga a sair de uma província para outras na qual residiram nos últimos três anos, ainda é presente o problema da falta de trabalho, recursos e proteção. Sobre esses indivíduos que não encontram espaço no mercado, os mesmos passaram a constituir o exército industrial de reserva<sup>4</sup>.

Todavia, esse exército industrial de reserva existe em função do processo de acumulação primitiva, que ocasionou na separação dos trabalhadores de seus meios de produção e os obrigou à vender sua força de trabalho.

De acordo com Netto e Braz (2007) ao salientar a perspectiva de Marx (1996), os mesmos destacam que esse número de desempregados é interessante para os capitalistas, uma vez que os mesmos podem nessas situações pressionar os salários para baixo, aumentar a jornada de trabalho, dentre outros meios que fomentem o objetivo dos capitalistas, que se associam à obtenção de maior extração de mais-valia.<sup>5</sup>

Porém, o surgimento do exército industrial de reserva, segundo os autores, não resulta das intenções dos capitalistas, mesmo que eles se beneficiem dessa situação. O exército industrial de reserva, se caracteriza como “[...] um componente necessário e constitutivo da dinâmica histórico-concreta no capitalismo” (NETTO; BRAZ, 2007, p.132). E completam os autores:

---

<sup>4</sup> “[...] Grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho” (NETTO; BRAZ, 2007, p.132).

<sup>5</sup> “[...]A forma completa desse processo é, portanto,  $D - M - D'$ , em que  $D' = D + D$ , ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de — mais-valia (surplus value)” (MARX, 1996, p.271).

[...] Não há exemplo de economia sem desemprego; suas taxas podem variar, aumentando ou diminuindo, mas o capitalismo “real” (aquele que de fato existe, para além das representações que dele se fazem) *sempre* registrou um ineliminável contingente de trabalhadores desempregados (NETTO; BRAZ, 2007, p.132, grifo do autor).

Essa relação de um contingente de trabalhadores desempregados, de acordo Netto e Braz (2007, p.133), configura nos avanços da acumulação capitalista, que se relacionam com o desenvolvimento da produção capitalista que fazem com que a “[...] demanda por máquinas, instrumentos, instalações, matérias e insumos seja maior que a demanda de força de trabalho”.

Porém, como denota os autores, a permanência do desemprego no capitalismo não significa que a sua causa advém do progresso tecnológico, o mesmo tem relação com o “[...] desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção capitalista” (NETTO; BRAZ, 2007, p.133-134). Nas palavras de Marx (1996, p. 210-211),

[...] O processo de produção capitalista reproduz, portanto, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a compra-la para se enriquecer.

[...] O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado.

Nesse sentido, a evolução da produção capitalista se desenvolve ao passo que os trabalhadores são levados a se submeter às novas condições impostas pelo modo de produção capitalista, facilitando para esse processo, o controle da oferta e demanda por trabalho, inclusive os salários que são adequados às necessidades do capital.

Com efeito, como o trabalhador se encontra sem maiores opções, necessitando desse recurso para sobrevivência, os mesmos aceitavam se submeter a essas formas de exploração no trabalho, inclusive submetendo os seus dependentes, já que as remunerações atribuídas normalmente ao chefe da família (o homem) não eram suficientes, os demais dependentes como esposas e filhos tinham a necessidade de ingressar no mercado de trabalho, elevando por sua vez, a exploração do trabalho feminino e infantil, que se tornou uma prática comum no período.

Ocasionalmente por sua vez, uma dependência do trabalhador, que vislumbra no trabalho a única forma para sobreviver. Fato no qual o autor relatou ser o momento de ápice da acumulação primitiva (MARX, 1984, p.277).

Esse processo de expropriação da massa do povo culminou com o aumento da extensão da miséria, da opressão e da exploração, ocasionando à revolta da classe trabalhadora, que na visão de Marx é o instrumento para que se possa ter uma organização social que fará com que se tenha uma sociedade mais justa (MARX, 1984, p.293-294).

A solução proposta por Marx (1984) decorre em uma expropriação dos capitalistas, feita pela massa do povo, anteriormente expropriada pelos capitalistas, findando a propriedade privada capitalista e surgindo a propriedade social.

Esta questão é amplamente discutida, contudo, não é intenção deste trabalho abordar tal elemento, sob pena de fugir ao que se pretende. O que é importante frisar é a perspectiva em que se identifica para Marx o desenvolvimento das desigualdades, relacionando-as ao surgimento do capitalismo, em seus aspectos gerais.

Dessa forma, à acumulação que Marx (1984) enfatizou se deu a partir da conquista, da violência de poucos que subjugarão os demais. Usaram dos moldes da expropriação para se apropriar das terras daqueles que tinham os seus meios de produção e os deixaram a “própria sorte”, condenados a vender a sua força de trabalho, possivelmente a única mercadoria que os pertencia.

Esse processo de acumulação resultou em uma polarização entre ricos e pobres, ao se ter um crescimento da “massa de valores” de um lado, e do outro um aumento da pobreza, atrelados a persistência do exército industrial de reserva. Nesse sentido, Marx pontua que:

[...] Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista* (MARX, 1996, p.274, grifo do autor).

Dessa forma, com o aumento do emprego de máquinas e a divisão do trabalho, os operários se tornam na visão do autor, operadores dessas máquinas, onde se tem um manejo mais simples e de fácil aprendizagem. Em suas palavras,

[...] o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de subsistência que lhes são necessários para viver e perpetuar sua espécie. [...] o preço do trabalho, como de toda mercadoria, é igual ao custo de produção. Portanto, à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, decrescem

os salários. Mas ainda na mesma medida em que aumenta a maquinaria e a divisão do trabalho, sobe também a quantidade de trabalho, quer pelo aumento das horas de trabalho, quer pelo aumento do trabalho exigido num determinado tempo, quer pela aceleração das máquinas etc (MARX, 1998, p.46).

No entendimento de Marx (1998, p.46), quanto menos se tenha a exigência de habilidades e força no trabalho manual, ou seja, “[...] quanto mais a indústria moderna progride, tanto mais o trabalho dos homens é suplantado pelo de mulheres e crianças”.

Não obstante, a acumulação ocorre nesse enredo, e se amplia ao passo das “explorações” dos capitalistas sobre os trabalhadores. A sua submissão faz com que as condições de trabalho sejam “impostas” pelos capitalistas, que fazem uso da força do Estado para empregar leis que garantam a valorização do capital.

Segundo Marx (1996, p.380), o modo de produção capitalista se sustenta sobre a propriedade privada capitalista. Ao se referir à propriedade, o autor pontua que:

[...] A partir desse momento agitam-se forças e paixões no seio da sociedade, que se sentem manietadas por ele. Tem de ser destruído e é destruído. Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e parcelados em socialmente concentrados, portanto da propriedade minúscula de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária, de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação da massa do povo constitui a pré-história do capital.

De acordo Marx (2012, p.90), “[...] o desenvolvimento econômico da sociedade burguesa conduz, com necessidade natural, à ruína da pequena empresa, assentada sobre a propriedade privada dos meios de produção pelo trabalhador”. Fazendo com que ocorra a separação do trabalhador dos meios de produção, enquanto os mesmos se tornam o monopólio de um número pequeno de capitalistas.

A propriedade privada dos meios de produção nem sempre pertenceu aos capitalistas, uma vez que o trabalhador, anteriormente a esse processo de expropriação, poderia tirar o seu sustento nas terras, mesmo que a mesma não o pertencesse. Sobre a propriedade privada, o autor acrescenta que:

[...] a socialização ulterior do trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados, portanto, coletivos, a conseqüente expropriação ulterior dos proprietários privados ganha nova forma. O que está agora para ser expropriado já não é o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores.

**[...] A propriedade privada obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre (MARX, 1996, p.380, grifo nosso).**

Não obstante, no entendimento de Marx (1984), a ocorrência da “propriedade privada capitalista se torna um germe sustentador do modo de produção capitalista”, ao passo que o capitalista é o possuidor dos meios de produção, é do próprio direito a propriedade, usando-o atrelado ao seu acúmulo de capital. Dessa forma, a propriedade pertence apenas aos que possuem os meios de produção, gerando uma separação entre os homens.

Portanto, depois do exposto até aqui, foi possível compreender as desigualdades a partir do seu contexto histórico, nos quais os autores, Rousseau (2001); Adam Smith (1996) e Karl Marx (1996, 1984) puderam denotar por sua vez, os variados elementos que poderiam originar a mesma. Sendo eles: a propriedade privada, a acumulação capitalista, o trabalho, os salários e os lucros nos diversos empregos de mão-de-obra e de capital.

Essas definições apresentadas pelos autores supramencionados, oferecem elementos para a análise das desigualdades no capitalismo e são consideradas discussões clássicas que estão presentes nas interpretações mais contemporâneas. Contudo, ressalta-se que dentre as interpretações mais clássicas apresentadas, entende-se que as considerações de Marx ajudam a identificar os elementos centrais (propriedade privada e a acumulação capitalista), que estão na raiz das desigualdades no capitalismo.

Nesse sentido, não se pode perder de vista, na análise da desigualdade no capitalismo, que este modo de produção se ampara em relações sociais de produção que tem como fundamental, de um lado, a propriedade dos meios de produção exercida pelos capitalistas, e de outro lado, o trabalhador possuidor apenas de sua força de trabalho para garantia da subsistência.

Assim, com o auxílio desse debate histórico e teórico, poderemos compreender também as demais discussões sobre as desigualdades, nas quais boa parte dos autores consideram como novas. Sendo este, o objetivo do próximo capítulo.

## **2 “NOVAS E VELHAS” DESIGUALDADES NA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA**

Para dar conta das discussões mais contemporâneas elegeu-se Robert Castel (1998, 2010) como autor que pontua as origens da questão social e suas metamorfoses, perspectiva essa que contribuirá para os entendimentos do objeto de pesquisa ora proposto.

Em seguida, serão apresentadas a visão de Amartya Sen (2000, 2001), na qual associa-se a desigualdade e a pobreza ao debate da liberdade e desenvolvimento das capacidades individuais para superação do fenômeno.

Nesse sentido, são apresentadas também as perspectivas de Jean-Paul Fitoussi e Pierre Rosanvallon, onde os mesmos discutem as desigualdades em um espaço multidimensional, ou seja, a análise é feita através de diferentes dimensões. Posteriormente, é abordada as discussões de Thomas Piketty (2015), referente às desigualdades de renda e suas especificidades. E, por fim, foi feita uma última seção no intuito de problematizar as chamadas “novas” desigualdades, questão central nos autores contemporâneos.

### **2.1 Questão social no capitalismo como forma de discussão da desigualdade e o debate sobre sua metamorfose**

No intuito de compreender a dinâmica das desigualdades no capitalismo, alguns autores trouxeram contribuições para o fenômeno explicado a partir da “questão social”, que pode ser compreendida nas expressões das desigualdades relacionadas à acumulação capitalista, exploração do capital sobre o trabalho, as classes sociais e as relações sociais.

Guerra et al (2005, p.241), seguindo uma perspectiva marxista sobre os entendimentos referentes a questão social, afirmam que a acumulação capitalista comporta um tipo de “[...] exploração que se estabelece na sociedade capitalista: a miséria cresce na mesma medida que a acumulação do capital”.

Sobre essa questão que se relaciona ao pauperismo, as autoras completam a discussão salientando a compreensão de Castel (1998), na qual relata que o pauperismo só poderia ser considerado como questão social, a partir dos avanços do capitalismo.

Guerra et al (2005) destaca que nos séculos que antecedem às sociedades pré-industriais, as relações de sociabilidade eram maiores, e a pobreza existente nesses indivíduos não “[...] representavam perigo para a ordem estabelecida” (2005, p.242-243). As autoras ainda destacam que, é na presença do avanço das sociedades pré-industriais que a pobreza começa a

“[...] representar um perigo para a ordem estabelecida” (2005, p.242-243), ao se ter um aumento dessa população vulnerabilizada, não protegida.

Dessas transformações surgem novas condições vinculadas aos trabalhadores que estruturam uma sociedade salarial, fundamental para o capitalismo, mas subordinada a ele. Castel (1998, p.415), sobre este ponto, afirma: “[...] o proletário é um elo essencial no processo de industrialização nascente, mas está condenado a trabalhar para se reproduzir”.

Nesta condição, o trabalhador estava estritamente ligado a condições degradantes e de miséria absoluta, onde o trabalhador vende a sua força de trabalho em prol da sua sobrevivência na sociedade-

Para o autor, esse proletariado que não era assistido pelo Estado e que se encontrava em vulnerabilidade na sociedade, gerou de maneira progressiva um processo revolucionário atrelado à luta de classe. Isso fez com que ocorresse uma mudança do estado de pauperismo para uma “questão social”. Essa mudança se relaciona com a condição operária e as novas relações salariais que sucedem esse processo.

Pastorini (2010, p.107) destaca que a questão social pode ser compreendida, “[...] como conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas que se geram com o surgimento da classe operária dentro da sociedade capitalista”.

No que concerne à condição operária, Castel (1998, p.416) pontua que:

A relação da condição operária com a sociedade considerada como um todo é mais complexa. Constituiu-se uma nova relação salarial e, através dela, o salário deixa de ser a retribuição pontual de uma tarefa. Assegura direitos, dá acesso a subvenções extratrabalho (doenças, acidentes, aposentadoria) e permite uma participação ampliada na vida social: consumo, habitação, instrução e até mesmo, a partir de 1936, lazer.

O autor supramencionado aponta que a condição operária permite a esse grupo a inserção na vida social, trazendo condições “aparentemente” melhores que aquelas atreladas à condição proletária. Essa melhoria parte de uma integração na subordinação.

O consumo, a instrução, o lazer, a habitação não são os mesmos dos demais indivíduos situados na parte superior da base da pirâmide social. Dessa forma, cabe aos trabalhadores se contentar com as atividades nas quais estão executando juntamente com as condições inferiores nas quais estarão sempre acometidos na condição operária.

Quanto à condição salarial, a mesma se torna uma relação salarial que se traduz no capitalismo em diferentes configurações, comportando um modo de remuneração da força de trabalho na forma do salário que ampara o trabalhador em seu consumo e no modo de vida dos operários e de sua família (CASTEL, 1998, p.419-420).

Essa relação se apresenta para o autor como uma maneira de disciplinar o trabalho, ao se ter um contrato que admite a troca da força de trabalho, em prol de exigências amparadas por um regulamento que controla o ritmo de produção e norteia o trabalhador em suas disposições. Assim, essas mudanças no capitalismo irão se apresentar em dois momentos da relação salarial, que vai prevalecer do começo da industrialização até a “relação salarial fordista<sup>6</sup>” (CASTEL, 1998, p.419-420).

No entanto, a sociedade salarial para Castel (1998) não irá se configurar apenas em novas posições salariais ou incrementos no salário. A mesma pode ser entendida como um modo de gestão política, na forma do Estado Social atrelado ao desenvolvimento do capitalismo.

Dessa maneira, o Estado passa a intervir nas funções econômicas, fazendo uso de políticas sociais. A primeira delas seria a instauração da Seguridade Social, em suas palavras,

[...] A condição operária ainda é o principal suporte e, ao mesmo tempo, o segmento mais maltratado da sociedade industrial, e o progresso do conjunto da sociedade deve partir de sua libertação. [...]O regime geral devia ter uma função fortemente distributiva, as arrecadações sobre as categorias mais abastadas, contribuindo para completar os recursos dos trabalhadores ou das famílias desfavorecidas (CASTEL, 1998, p.482).

Porém, Castel (1998, p.485) denota que esse regime geral de seguridade social se distancia desse ideal, o que se tem é uma dependência do trabalhador ao sistema, já que a partir de suas contribuições tem-se a contrapartida do amparo da seguridade para situações de fora do trabalho, como por exemplo: a doença, o acidente, a velhice.

O Estado, portanto não soluciona a “condição operária” e todas as lacunas presentes nessa condição, na qual os operários deveriam superar para assim obterem posições mais igualitárias na sociedade salarial. Na verdade, o Estado passa nesse momento a fazer parte das relações diretas entre empregadores e empregados.

Para Castel (2010) verifica-se que a questão social analisada pelo viés do pauperismo, vinculada ao proletariado “miserável”, não sustenta mais essas transformações em que a sociedade se instaurou sob esse novo papel regulador do Estado e, muito menos responde as novas relações salariais existentes. Nas palavras de Castel (2010, p.281),

---

<sup>6</sup> Henry Ford “foi sem dúvida o primeiro a pôr em prática conscientemente, a produção de massa e o consumo. Fixando o salário da Jornada de 8 horas em cinco dólares e depois aumentando para seis dólares. Constituindo uma nova relação entre aumento do salário, produção e consumo. [...] Ocasionando uma política de salários ligada aos processos de produtividade, onde o operário tem acesso a um novo registro de existência social: o do consumo e não mais exclusivamente o da produção” (CASTEL, 1998, p.431-432).

Não é mais a questão social de hoje, porque essa ameaça foi afastada, porque esse primeiro proletariado miserável e subversivo passou a ser uma classe operária relativamente integrada, após um conjunto de processos. [...]A nova questão social, hoje, parece ser o questionamento dessa função integradora do trabalho na sociedade.

Nesse sentido, o autor procura abordar as estruturas que constituem uma sociedade salarial para explicar essas funções integradoras do trabalho na sociedade. Sendo elas: o processo de transformação do trabalho em emprego, em emprego protegido ou em emprego com status.

Nessas estruturas, Castel (2010) observou que no início do século XX, o salariado estaria estritamente ligado ao salariado operário, juntamente com as condições sociais degradantes que os mesmos estariam expostos. Porém, nos anos 1970, relata o autor, ao observar o cenário em que a França estava inserida, notou-se que:

[...] a sociedade salarial é sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais têm sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas também seu status, sua proteção, sua identidade (CASTEL, 2010, p.285).<sup>7</sup>

Todavia, compreende-se que a sociedade salarial faz com que os indivíduos inseridos tenham sua inserção social não apenas com o incremento de renda, o seu lugar nesse cenário, representa também a sua identidade e seu status.

Dessa maneira, o referido autor aborda que a sociedade salarial criou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, que protegeria os trabalhadores que estivessem vulneráveis no tocante à assistência social. Essa vulnerabilidade constituía a situação do trabalho sem proteção na sociedade salarial.

Esse novo tipo de seguridade, traria para o autor a ideia da existência do progresso social que teria como consequência a queda dos níveis de desigualdade e a ampliação da justiça social.

Porém, como aborda Castel (2010), esse pensamento referente ao progresso social que permeou na Europa nos anos 1970, enfraqueceu-se. Sobre essas condições salariais relacionados aos anos 1970, Guerra et al (2005, p.247) compreendem que,

O quadro da condição salarial apresentado na segunda metade do século XX começa a ser configurado a partir dos anos 70 com a crise no sistema

---

<sup>7</sup>Embora seja um estudo de relevante contribuição, Castel toma como referência os países da Europa (considerado países desenvolvidos), o que foge um pouco da realidade brasileira. Contudo, é importante mencionar pois tornou-se um livro clássico ao tratar das novas questões sociais.

capitalista associada ao esgotamento do modelo fordista de produção, que redundou no aumento do desemprego e, sobretudo na precarização do trabalho, que pode ser expressa na atual estrutura da relação salarial: diminuição de contratações por tempo determinado [sic]; aumento das exigências de qualificação, eficácia e competitividade entre os funcionários de empresas, deixando os que têm menor possibilidade de qualificação em desvantagem; dificuldade de inserção no mercado de trabalho, mesmo entre os qualificados.

Para Castel (2010), com a internacionalização do mercado, o trabalho passa a ser vítima de dois tipos de reduções de custos. Em suas palavras,

Trata-se de minimizar o preço da força de trabalho e, ao mesmo tempo, maximizar sua eficácia produtiva. E a flexibilização é a palavra-chave que traduz essas exigências, flexibilidade interna à empresa que impõe a adaptabilidade da mão-de-obra a essas situações novas e que, evidentemente, expulsa os que não são capazes de se prestar a essas novas regras do jogo. É, também, a flexibilidade externa que conduz a subcontratar fora da grande empresa uma parte das tarefas, mas, em geral, sob condições mais precárias, menos protegidas e com menos direitos (CASTEL, 2010, p.289).

Essas reduções ocasionam, na visão do autor, a desestabilização dos estáveis, que seriam trabalhadores que ocupavam posições sólidas no mercado de trabalho, porém, nesse novo cenário, se encontram fora do mercado de trabalho, devido à idade avançada.

Com efeito, esses trabalhadores se tornariam desinteressantes para o mercado, já que o mesmo não tem interesse em reciclar esses trabalhadores. Sobre essas reduções, Guerra et al (2005) acrescentam a discussão ao destacar a perspectiva de Castel. Em suas palavras,

A nova “questão social” afirma-se, segundo Castel em três novas expressões: a primeira seria a desestabilização dos trabalhadores estáveis, a segunda é a instalação na precariedade, ou seja, o que deveria ser transitório tornou-se permanente, de modo que opera-se um retorno às condições de precariedade próprias do século XIX, as quais haviam sido superadas pela sociedade salarial. A terceira expressão é a constituição de uma população sobrando, ou, em outras palavras, de uma população de inúteis para o mundo, no sentido da desintegração destes indivíduos (GUERRA et al, 2005, p.248, grifo do autor).

Sobre as reduções atreladas à instalação na precariedade, Castel (2010, p.295-296) retrata, como à cultura dos aleatórios, que seriam mudanças de forma frequente nos períodos de atividades, ou em outros momentos na presença do desemprego e de trabalhos temporários.

Por fim, entende o autor que os sobrantes são indivíduos que não estariam integrados na sociedade e, conseqüentemente, não estariam inseridos em relações de utilidade social com o restante da sociedade.

É a partir dessa nova configuração salarial, que se traduz a nova questão social. Castel (2010) procura diante dos fatores discutidos anteriormente compreender como se dará o futuro do trabalho e em consequência, dos trabalhadores.

Dessa forma, o autor elenca quatro eventualidades que se relacionam com o exposto acima. A primeira seria o enfraquecimento do suporte salarial, que estaria associado ao enfraquecimento das “proteções ligadas ao trabalho”.

Uma segunda eventualidade, refere-se ao discurso no qual “[...] O trabalho estaria em vias de desaparecimento, o fim do trabalho, o fim da sociedade salarial” (CASTEL, 2010, p.303).

O autor elenca essa eventualidade se propondo à rebater o discurso referente a mesma, no qual, o fim do trabalho estaria ligado a diminuição do tempo de trabalho socialmente útil, que faria com que futuramente, o trabalho não fosse mais necessário.

Porém, para Castel (2010, p.303-304), a redução da jornada de trabalho não reduz de forma absoluta a necessidade do trabalho. Como exemplo, ele cita as férias, que liberam os trabalhadores por um certo tempo, mas sempre em uma relação de trabalho estável. O trabalhador, em suma, se organiza e se desenvolve na organização social, em torno do trabalho, havendo uma necessidade em existir o trabalho.

A terceira eventualidade apresenta-se como “[...] a continuidade da ruptura entre trabalho e proteção” (CASTEL, 2010, p. 298). Essa hipótese na visão do autor traria malefícios para os trabalhadores, pois nas sociedades salariais as diversas formas de solidariedade são reduzidas<sup>8</sup>. Com efeito, o autor enaltece a importância das proteções apoiadas no Estado como forma de mitigar os efeitos de uma ruptura entre trabalho e proteção. Ele afirma:

[...] por isso que as proteções construídas pelo Estado, as proteções sociais, garantidas pela lei, têm tanta importância, porque, se o Estado se retira, há o risco do quase vazio, da anomia generalizada do mercado, pois este não comporta nenhum dos elementos necessários à coesão social, muito pelo contrário, funciona pela concorrência, "não faz sociedade". É talvez essa a razão pela qual as sociedades salariais de tipo ocidental são mais frágeis, porque sua coesão depende fortemente dessas proteções que foram construídas [...] (CASTEL, 2010, p.299-300).

Além da continuidade da ruptura entre trabalho e proteção, o autor menciona a construção das políticas de inserção para enfrentar o desemprego e demais ameaças que venham

---

<sup>8</sup> Quando o autor trata de formas de solidariedade ele se refere às formas existentes até o século XIX, relações mais informais de proteção, de proximidade entre as pessoas. Já na sociedade salarial é o Estado que se responsabiliza pelo amparo social nas adversidades.

perseguir a sociedade. Segundo Castel (2010), estas políticas objetivam controlar o processo de desmonte da sociedade salarial. Ele explica:

[...] chamamos de tratamento social do desemprego ou de políticas de inserção, quer dizer, tentativas para atenuar certos efeitos devastadores das transformações em curso, ajudando as vítimas, aquelas já atingidas ou que estão ameaçadas de serem atingidas. Essas medidas estão inscritas nas ações de luta contra a exclusão. Não contesto a utilidade dessas práticas - o tratamento social do desemprego, as políticas de inserção – porque sem elas a situação seria ainda pior (CASTEL, 2010, p.300)<sup>9</sup>.

Porém, na visão do autor, essas medidas não solucionam os efeitos do desemprego em massa, pois para ele, aumentaria os efeitos negativos.

Ele se questiona sobre a possibilidade de se controlar esse processo de desagregação da sociedade salarial e de como encontrar ferramentas eficazes para responder esses processos e aos de flexibilidade e precarização do trabalho. Castel coloca como uma das possibilidades “[...] a ampliação do direito do trabalho” (2010, p.306).

Desse modo, para o autor, ao discutir a nova questão social é importante a compreensão da função integradora do trabalho na sociedade. O mercado de trabalho é uma das esferas nas quais as desigualdades estão presentes. Portanto, discutir as novas questões sociais, para o autor, seria debater sobre a sociedade salarial e a sua função integradora, a sua desagregação, a proteção e o próprio trabalho.

## 2.2 A multidimensionalidade de Sen

No intuito de compreender como as desigualdades se expressam, Castel (2010) no exposto acima, explicou o fenômeno a partir da “questão social”.

Porém, existem outras formas nas quais as desigualdades podem se expressar. Uma delas é a partir dos estudos de Amartya Sen, que em seus trabalhos “Desigualdade Reexaminada” (2001) e “Desenvolvimento como liberdade” (2000), busca analisar o fenômeno, para além das associações feitas por diversos autores, que retratam a desigualdade sob classes, normalmente, classes econômicas.

Esses autores empregam, por sua vez, categorias marxistas ou similares, que associam o fenômeno, à acumulação e a propriedade.

De acordo Sen (2001, p.186), essa forma de se analisar por meio de classes é suficiente para boa parte dos contextos que estudam o fenômeno, principalmente, no que tange a teoria

---

<sup>9</sup> É sempre bom lembrar que Castel refere-se a realidade da situação europeia, principalmente da França, quando trata das políticas de inserção.

marxista da “exploração”, na qual destaca que a mesma é, “[...] concebida como o gozo de uma pessoa dos frutos do trabalho de outras”

Nesse aspecto, com o auxílio da teoria marxista, é possível analisar a teoria da produção, a partir da “[...] identificação de quem está produzindo o quê” (SEN, 2001, p.186).

Porém, o autor denota que essa identificação é muito complexa, já que “[...] a produção é um processo independente envolvendo o uso conjunto de muitos recursos, e em geral não há uma maneira clara de decidir qual recurso produziu o quê” (SEN, 2001, p.187).

Dessa maneira, segundo o autor, verifica-se que os estudos baseados nas “classes marxistas”, não respondem a todas as problemáticas que venham a ser debatidas. Nas palavras do autor,

[...] mesmo se as desigualdades baseadas na posse de propriedade são completamente eliminadas, pode haver sérias desigualdades que surgem de diversidades nos potenciais produtivos, necessidades e outras variações pessoais (SEN, 2001, p.188).

Nesse sentido, o que se propõe Sen (2001) é buscar compreender a desigualdade e a pobreza, fazendo uso das observações dos “funcionamentos das pessoas”, utilizando-se dos processos de desenvolvimento das capacidades dos indivíduos atrelada ao desenvolvimento como liberdade.

Sobre esse entendimento referente aos “funcionamentos das pessoas”, Mauriel (2008, p.299-300) contribui com a discussão, ao salientar a perspectiva de Sen, na qual compreende que:

De acordo com Sen, os indivíduos devem funcionar ou ter um conjunto de funcionamentos que envolvem ser e fazer e não só ter (renda), pois, os propósitos humanos que lhes orientam as ações e pensamentos devem promover a liberdade efetiva. [...] Alguns funcionamentos são considerados valiosos, como “estar adequadamente nutrido e vestido, estar livre de epidemias e da morte por doenças facilmente curáveis, ser alfabetizado, poder aparecer em público sem sentir vergonha de si próprio, desenvolver um senso de auto-respeito, ser capaz de participar de forma ativa da própria comunidade.

Como destaca Mauriel (2008), essa liberdade na qual trata Sen (2000, 2001) não se restringe aquela usada apenas para “alcançar bem-estar”, mas sim, a liberdade de escolher entre diversos tipos de vida, uma que o indivíduo valorize.

A ideia de “liberdade efetiva” se associa com a noção de capacidade, na qual os indivíduos podem realizar os próprios recursos, oportunidades e direitos. Essas decisões, por

sua vez, não se limitam a fatores atrelados a renda e riqueza. Nas palavras de Mauriel (2008, p.304),

Deve-se considerar circunstâncias individuais - idade, sexo, propensão à doença, deficiências, talentos – e sociais – estrutura da família, disponibilidade de uma rede de segurança previdenciária, condições epidemiológicas, extensão da poluição, incidência de crimes – cujas variações afetam os processos de escolha das pessoas e as oportunidades de realizações. Trata-se de uma perspectiva pluralista na medida em que avalia os funcionamentos realizados (escolhas valorizadas) e o conjunto capacitário (liberdade de agir). As liberdades substantivas ou capacidades são a oportunidade real de o indivíduo promover seus objetivos.

Nesse sentido, Sen (2000) não irá associar essas escolhas apenas aos bens e serviços, que um certo indivíduo possua e demais associações vinculadas a dimensão renda, que destacam a maneira tradicional em se avaliar o bem-estar de um indivíduo.

Para o referido autor, as desigualdades são causadas por diversos fatores, não podendo ser justificada pelo viés da renda, sempre que for confrontada sobre a sua causa. Sen (2000, p.31) destaca que,

[...] a visão da liberdade adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos ou civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar de morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária).

Assim, o autor irá sair dessa dimensão renda, para se “concentrar nas capacidades dos indivíduos”, retratando aqui, uma análise com seu foco nos indivíduos e nas características dos mesmos. Trazendo por sua vez, uma compreensão na qual, para que se tenha possíveis reduções dos níveis de desigualdades, o aumento das capacidades individuais seria imprescindível (MAURIEL, 2008, p.305).

Mauriel (2008, p.305) acrescenta a discussão ao salientar que para Sen “[...] a análise conceitual da capacidade e da liberdade envolve, no plano teórico, um outro núcleo de necessidades comuns a todas as pessoas, uma outra referência de igualdade”.

Sobre essas capacidades, Sen (2000) vislumbra que a pobreza é uma das formas, nas quais existe uma “privação das condições básicas”. Já que nessas situações, os indivíduos podem estar restritos ao acesso aos serviços públicos, renda, consumo, bem-estar, escolhas que os mesmos valorizem, entre outras.

Em suas palavras, “[...] A privação de capacidades elementares pode-se refletir-se em morte prematura, subnutrição significativa (principalmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo muito disseminado e outras deficiências” (SEN, 2000, p.35).

[...] a privação de capacidades individuais pode estar fortemente relacionada a um baixo nível de renda, relação que se dá em via de mão dupla: (1) o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental de analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição; e (2) inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas (SEN, 2000, p. 34).

Essa associação feita pelo autor, deixa evidente as relações existentes entre privações e rendas. Porém, não é esse o objetivo do mesmo ao tratar as desigualdades. Na visão de Sen (2000, 2001), o fenômeno “desigualdades” pode se originar e se desenvolver por meios de outros fatores, além daqueles vinculados a “classes econômicas”.

Referente as formas nas quais as privações de capacidades ocorrem, Sen (2001) aborda que uma classificação relevante para se discutir é a de “Sexo e desigualdade”. Nela, o autor denota que não são apenas as diferenças de rendas ou recursos, que exprimem as disparidades encontradas nesse grupo de homens e mulheres. Em suas palavras,

[...] Existem disparidades sistemáticas nas liberdades que os homens e as mulheres desfrutam em diferentes sociedades, p. ex., na divisão do trabalho dentro da família, na extensão da assistência ou educação recebidas, nas liberdades que se permitem a diferentes membros desfrutar (2001, p.190).

Para Sen (2001, p.193), as disparidades entre homens e mulheres, ocorrem também, de acordo os espaços em que esses indivíduos estão inseridos e na realização de alguns funcionamentos básicos, por meio das capacidades ou, em um sentido mais amplo, nas diferenças inter-regionais.

Para o referido autor, mesmo que haja países considerados “relativamente ricos”, a partir do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita, alguns funcionamentos básicos, como a expectativa de vida de uma população, podem ser inferiores, nesses países, comparados aos “países pobres”, ou seja, com um PNB menor (SEN, 2001, p.193).

Essas situações podem ser explicadas, na proposta do autor, pela incidência das diferentes funcionalidades e capacidades que os indivíduos possuem. Sendo elas “[...] as diferenças nas condições sociais, educacionais e epidemiológicas” (SEN, 2001, p.194).

Por sua vez, podem existir países “relativamente pobres”, com qualidade de vida superior aos considerados “ricos”, dado a “realização de políticas relativas a serviços de saúde,

cuidados médicos e educação básica”. Ademais, essas disparidades podem aparecer, segundo o mesmo, nas diferenças de capacidades,

Mesmo quando as diferenças sexuais quanto à morbidade e mortalidade não são tão críticos, podem existir disparidades em outros funcionamentos e capacidades importantes, produzindo desigualdades substanciais em liberdades [...] existem frequentemente grandes diferenças entre sexos em muitas outras capacidades, tais como **ser capaz de ler e escrever, de evitar mutilações do corpo, de ser livre para buscar carreiras independentes ou de ocupar posições de liderança** (SEN, 2001, p.192, grifo nosso).

Na percepção de Mauriel (2008, p.308), sobre a ótica de Sen (2001) no que tange à redução da pobreza, “[...] as políticas públicas, estas não precisam ser redistributivas (redistribuir renda/propriedade), mas conseguir aumentar as capacidades, pois o aumento de renda seria alcançado pelos esforços dos próprios indivíduos no mercado”.

Nesse sentido, para que se tenha reduções nos níveis de desigualdade e pobreza, à redistribuição que deverá ocorrer é a de capacidades atrelada a liberdade dos indivíduos em poder fazer as suas escolhas.

Para Sen (2001), não é prioridade que o Estado faça apenas transferência de renda com políticas “universais”. São exemplos dessas políticas, aquelas voltadas a educação e saúde que auxiliam os beneficiários a “[...] livrar-se, individualmente, da pobreza” (MAURIEL, 2008, p.308). O que é interessante nessa discussão é que as políticas sejam focalizadas nesses indivíduos, vítimas dessas injustiças sociais e que as mesmas possam promover o desenvolvimento das capacidades desses indivíduos.

### 2.3 O repertório das desigualdades na visão de Fitoussi e Rosanvallon

O repertório das desigualdades é algo complexo, todavia, a busca por entendimentos referentes a sua origem e evolução se tornam o objetivo de muitos estudiosos.

Para o autor Amartya Sen (2000, 2001), o fenômeno pode ser explicado a partir dos estudos referentes às capacidades e liberdade de cada indivíduo, distanciando-se da discussão que trata as desigualdades, sempre pela ótica da renda.

Nesse sentido, assim como Sen, os autores Fitoussi e Rosanvallon, na obra “A Nova Era das Desigualdades” (1997), irá colaborar ao debate, ao discutir as desigualdades em um espaço multidimensional, ou seja, analisada através de diferentes dimensões.

Destacando a permanência de algumas desigualdades e o desenvolvimento de outras, relatadas por sua vez, como desigualdades tradicionais/estruturais e desigualdades dinâmicas/novas. Em suas palavras,

As desigualdades, para começar, a que poderíamos chamar “tradicionais” ou estruturais, as que descrevem, por exemplo, a hierarquia dos rendimentos entre categorias sociais (profissões liberais, quadros, dirigentes de empresa, empregados, operários, etc.), aumentaram. Mas o campo das desigualdades alargou-se também, modificando em profundidade a percepção das diferenças na sociedade. Entraram assim em cena desigualdades *novas* (1997, p.41).

Sobre a existência das novas desigualdades, os autores denominaram como intracategoriais, entendidas como formas novas nas quais as desigualdades surgem e se reproduzem na sociedade, não necessariamente atrelada a polarização entre ricos e pobres e demais hierarquias de rendimentos (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p.42-43).

Para os autores a estrutura do sistema pode ser caracterizada como um conjunto de desigualdades estruturais, herdadas e interiorizadas pela sociedade. Porém, mesmo apresentando características estruturais, os indivíduos não pertencem a uma mesma categoria social. Nessa perspectiva haverá situações diferentes daquelas relacionadas ao desemprego, como por exemplo: poderá ter a ocorrência de trabalhadores em emprego precário ou sem proteção ou até mesmo subqualificados (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p.42-43).

Além dessas desigualdades apresentadas (estruturais e dinâmicas), para se compreender a medida das desigualdades os autores apontam três categorias de acontecimentos que contextualizam e buscam explicar os avanços das desigualdades. Sendo elas:

[...] o enfraquecimento dos princípios de igualdade que estruturaram a sociedade; o crescimento das desigualdades estruturais, conforme são habitualmente medidas – desigualdade de rendimentos, de despesas, de patrimônios, de acesso à educação, etc.; a emergência de desigualdades novas, consequências efetivas de evoluções técnicas, jurídicas ou econômicas (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p.46-47).

Para Fitoussi e Rosanvallon (1997), essas desigualdades não são propriamente novas, pois nota-se que houve a presença delas em outros cenários no decorrer dos anos, com menor ou maior intensidade. O que de fato é novo é sua permanência na sociedade.

Não se trata apenas das distinções entre ricos e pobres e demais questões relacionadas ao patrimônio. Essa maneira na qual as desigualdades estão se intensificando atinge os indivíduos em suas ações cotidianas e, conseqüentemente, no seu bem-estar. Na compreensão de Trovão que converge com as discussões dos autores,

[...] as dificuldades de mobilidade urbana e de tempo gasto no trajeto da casa para o trabalho e, principalmente, a acentuação dos contrastes entre centro e periferia das cidades. De modo geral, essas fontes de desigualdade afetam sobremaneira a vida das pessoas pois, além de exacerbarem as dificuldades do dia a dia, apresentam um caráter cumulativo (TROVÃO, 2015, p.22).

Com efeito, essas relações cotidianas, podem ser consideradas como parte da dimensão social em que as desigualdades podem se desenvolver, devido a ocorrência da relação entre o bem-estar e as condições de vida dos indivíduos, presentes nas mesmas. Todavia, além da mobilidade urbana, podem existir outras fontes de desigualdades consideradas cotidianas, como por exemplo, o acesso a serviços públicos (TROVÃO, 2015, p.22).

Essas desigualdades consideradas cotidianas, fazem parte do repertório das desigualdades, segundo Fitoussi e Rosanvallon (1997). Essa análise é feita no intuito de descrever as desigualdades modernas, que podem se apresentar de maneira plural, ou seja, por meio das diversas dimensões.

Sobre essas dimensões, pode se destacar a presença das mulheres no mercado de trabalho, que se relacionam com as transformações sociais. No entendimento dos autores,

[...] quando há vinte anos uma mulher em cada duas estava presente no mercado de trabalho na faixa etária dos 25-49 anos, a comparência das mulheres no mercado de trabalho é hoje de oito em cada dez. Mas esta integração deixa subsistirem numerosas diferenças em relação aos homens, e as elas correspondem outras tantas desigualdades latentes (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p.52)

Com efeito, os autores abordam que existem uma melhora na inserção de mulheres no mercado de trabalho, de duas para oito em cada dez mulheres ocupando seus respectivos espaços.

Porém, existem condições e fatores que as colocam em evidência no tocante a precarização do trabalho, e as diferem umas das outras no que tange aos diferentes níveis de escolaridade, o que ocasiona que mulheres com níveis mais elevados tem tendências a se submeter a posições mais elevadas no mercado de trabalho, diferentemente das mulheres em níveis menores.

Dessa forma, em períodos de crise são elas as principais vítimas do desemprego. Além dessas características apresentadas, o que podem ocasionar as diferenças salariais e a reprodução das desigualdades entre os indivíduos são os vínculos empregatícios. Ou seja, se o indivíduo tem ou não a sua carteira de trabalho assinada.

Nesse sentido, outra maneira na qual as desigualdades podem surgir na visão dos autores, é pelo “apagamento do modelo salarial”, ou seja, o fim do modelo clássico de relação salarial que se vinculava ao modelo fordista de produção. Essa ruptura, segundo os mesmos, gerou um desemprego em massa nos anos 1970.

Com o esgotamento do modelo fordista, tem-se o surgimento de novas vítimas, porém, os efeitos são diferentes em cada indivíduo. Pois, tem-se a possibilidade de alguns trabalhadores permanecerem em suas funções. O desemprego não afeta todos os trabalhadores no mesmo ritmo. Nessa perspectiva,

O tempo da igualdade dos percursos, que garantia aos indivíduos igualmente dotados (vindos do mesmo meio social e tendo obtido os mesmos resultados no termo da escolaridade) o mesmo tipo de carreira salarial, pertence pois ao passado. O movimento de reposição em causa do contrato salarial, ligado à reestruturação do tecido económico francês, fragmenta os grupos mais homogêneos (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p.52).

Essas novas desigualdades tratadas pelos autores, podem assumir novas formas de contratação, nas quais pode se destacar: o trabalho terceirizado, precário, temporário e tantas outras formas novas de se contratar.

Porém, essas novas desigualdades não se restringem a esfera econômica, elas podem surgir em diferenças geográficas nas quais os indivíduos podem estar inseridos.

As diferenças entre localidades, fazem com que o grupo que tenha melhores condições possa viver de forma mais adequada e mais confortável, ao passo que o outro, dadas as suas condições econômicas e sociais reduzidas, passe a viver a margem da precariedade, em localidades menos equipadas, como colocam os autores. Com efeito, a situação se intensifica com a falta de atenção do Estado e pelos organismos locais.

Sobre o Estado, o mesmo se relaciona com as desigualdades nas prestações sociais, pois, como relata os autores, é muito difícil compreender como são calculadas as prestações familiares, uma vez que nem todas as famílias são atendidas. Sob a análise do caso França, Fitoussi e Rosanvallon (1997, p.56), observaram que,

[...] O Estado-Providência desenvolveu de facto, de há trinta anos para cá, um conjunto de prestações que são reservadas aos indivíduos respeitando certas condições de rendimentos, de dimensão familiar, de emprego ou de localização geográfica. [...] Têm sido tradicionalmente conjugados em França com a fixação de limiares de rendimentos elevados, permitindo, pelo menos para as prestações familiares nacionais, cobrir uma parte essencial da classe média do país. Mas excluíram igualmente as famílias que se situam nas franjas dos limiares de rendimento estabelecidos.

Por se tratar de países desenvolvidos, os indivíduos cujo nível de vida se apresentam menos elevados, são em número menor nesses países, dadas a maior inserção dessa população e pelas proteções sociais que são mais abrangentes, comparando-as com as realidades dos países subdesenvolvidos.

Assim, o grupo que por meios dessas prestações são excluídos, coincide, segundo os autores, com o grupo com rendimentos menores. Assim, caberá ao Estado-Providência, “[...] acompanhar de perto a transformação social e ajustar-se às condições reais de existência dos indivíduos” (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p.57), para que se possa ter uma distribuição mais igualitária na França.

Outra forma nas quais as desigualdades podem se desenvolver, ocorre nas relações intergeracionais, ou seja, nas desigualdades entre gerações. As mesmas são vinculadas ao sistema previdenciário e a dificuldade de inserção dos jovens na França.

Sobre a previdência, em muitos debates, como relatam os autores, tem-se um excesso dos rendimentos dos regimes de reforma por repartição. Uma vez que a expectativa de vida tende a sofrer aumentos, ocasionando, disparidades entre os ativos e inativos (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p.54-55).

Quanto ao grupo de jovens que ainda não conseguiu sua inserção no mercado, dado o aumento do desemprego na França, esse fato gera na visão dos autores uma maior população considerada inativa, ao passo de um número menor de indivíduos considerados ativos, impactando por sua vez nas contribuições previdenciárias (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p.54-55). Nesse sentido, os autores elencam a questão da complexidade fiscal, como um dos processos de discrepâncias sobre os rendimentos do trabalho.

Todavia, o Estado recolhe impostos e paga prestações monetárias, assim, quando os rendimentos profissionais aumentam, o consumo como é função da renda tende a aumentar. Dessa forma, na visão dos autores deveria haver um aumento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, uma vez que ocorreram aumentos dos rendimentos. Porém, o que se tem na França é um sistema tributário regressivo (onde mesmo com o aumento dos rendimentos, não se tem um aumento dos tributos), o que geraria para os autores possíveis desigualdades no recolhimento dos impostos (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p.58).

Ademais, as desigualdades de acesso ao sistema financeiro representam aqui, as diferenças existentes no acesso ao crédito, uma vez que, ao existirem taxas de juros mais elevadas, os organismos que concedem os empréstimos estabelecem maiores garantias como contrapartidas, dificultando que os indivíduos menos favorecidos participem no sistema.

Com base no exposto pelos autores, compreende-se que as desigualdades não se restringem à ótica da renda, elas permeiam as dimensões econômicas e sociais, referindo-se a um fenômeno multidimensional, considerando as “velhas” e “novas desigualdades”.

Os autores ao buscarem entendimentos sobre as novas desigualdades, associaram as transformações ocorridas no capitalismo. Assim, o que eram fenômenos transitórios, passaram a se perpetuar ao longo do tempo.

Todavia, essas novas desigualdades na visão dos autores, não são relativamente novas, pois, as mesmas poderiam ser encontradas em outros períodos, a grande diferença é que a intensidade com que as mesmas estão se reproduzindo e se perpetuando, que se torna o grande entrave.

Não se trata aqui, da polarização entre ricos e pobres que se relacionam frequentemente aos aspectos renda, patrimônio e propriedade. Aqui se encontram desigualdades vinculadas às diferentes dimensões e que estão em boa parte, interiorizadas na sociedade, o que as tornam complexas e de difícil obtenção de redução das disparidades.

#### **2.4 Renda e mercado de trabalho sobre a ótica de Thomas Piketty**

Ao relatar sobre as novas questões sociais, Castel (2008, 2010) denotou sobre a necessidade em se compreender a função do trabalho na sociedade salarial e as novas perspectivas envolvidas, dentre elas a ocorrência das desigualdades que se reproduzem nessa função integradora do trabalho nesse cenário das questões sociais.

No que tange às discussões referentes à desigualdade a partir das dimensões renda e mercado de trabalho, destacam-se as contribuições de Thomas Piketty, economista, que na sua obra “O capital do século XXI” aborda a desigualdade da renda como relacionada a três termos, sendo eles: a desigualdade da renda do trabalho<sup>10</sup>; a desigualdade da propriedade do capital<sup>11</sup>; e, também, as desigualdades das rendas que resultam das combinações das dimensões renda do trabalho e propriedade do capital (2014, p.233-234). Nas palavras do autor,

Por definição, a desigualdade da renda resulta, em todas as sociedades, da soma desses dois componentes: de um lado, a desigualdade da renda do trabalho; e, de outro, a desigualdade da renda do capital. Quanto mais desigual a distribuição de cada um desses componentes, maior será a desigualdade total. Em termos absolutos, poderíamos imaginar sociedades em que a desigualdade do trabalho é muito forte e a do capital, bem fraca, ou outras em que ocorre o inverso, ou ainda aquelas em que os dois componentes são muito desiguais ou muito igualitários (PIKETTY, 2014, p.238).

---

<sup>10</sup>As desigualdades da renda do trabalho, poderiam ser compreendidas a partir das desigualdades relacionadas aos salários e ao trabalho não assalariado (PIKETTY, 2014, p.233-234).

<sup>11</sup>As desigualdades da propriedade do capital, se relacionaria com as rendas recebidas na forma de títulos de propriedade do capital, ou seja, alugueis, juros, ganhos de capitais, entre outros (PIKETTY, 2014, p.233-234).

Dessa forma, relacionado à dinâmica das desigualdades de renda, Piketty (2014) salienta em seus estudos que, dada as proporções relacionadas as participações dos indivíduos ao receberem as rendas do trabalho e ao indivíduos detentores de patrimônio, tem-se que o capital é sempre mais desigual do que o trabalho.

Isso decorre porque nas sociedades consideradas mais igualitárias<sup>12</sup> no tocante ao patrimônio, observou-se que os 10% com patrimônio mais elevado, representavam entre 50% a 60% da riqueza nacional, os 50% mais pobres representariam apenas 5% da riqueza nacional, isso quando chegavam nessa porcentagem, boa parte dos períodos ficariam abaixo. Já os 40% restantes, identificados como a “classe média patrimonial”, simbolizavam os 35% da riqueza total (PIKETTY, 2014, p.252).

O autor destaca que no período 1900-1910, conhecido como *Belle Époque* a concentração de capital era muito maior. Dessa forma, os 10% mais ricos possuíam os 90% da riqueza e os 10% restantes dividiam-se entre os 50% pobres e os 40% situados no meio. Em termos quantitativos os indivíduos encontrados no meio eram tão pobres quanto os demais pobres. Não havendo a possibilidade de se ter uma classe média, já que toda a riqueza estaria concentrada nos 10% mais ricos e os 90% mais pobres se digladiavam pelos 10% restantes de toda a riqueza (PIKETTY, 2014, p.253).

A classe média surgiria, segundo Piketty, em meados do século XX, quando se tem uma queda dos patrimônios na parcela do centésimo superior. Com isso essa população situada no meio, representaria os 35% da riqueza total, que de forma mais ampla os condicionava a não poder ser considerados ricos e nem considerados pobres.

O que fez por sua vez com que o autor refletisse sobre as disparidades consideradas extremas encontradas nas desigualdades do capital (PIKETTY, 2014, p.253). Em suas palavras,

[...] não existe nenhuma sociedade, em nenhuma época, em que observamos uma distribuição da propriedade do capital que possa ser razoavelmente qualificada de “muito pouco” desigual, isto é, onde a metade mais pobre da população possua parte significativa – digamos, um quinto ou um quarto – do patrimônio total (PIKETTY, 2014, p.252).

Os números, por sua vez, enfatizam essas disparidades no que diz respeito ao patrimônio e, conseqüentemente, sobre as desigualdades do capital. Contudo, salientam a presença das desigualdades das rendas do trabalho, que são consideradas pelo autor, como desigualdades menos expressivas em relação as desigualdades do capital.

---

<sup>12</sup>Exemplificado pelo autor como os países escandinavos nos anos 1970-1980, que seriam os países localizados no norte da Europa (PIKETTY, 2014).

Essa situação pode ser notada, segundo os relatos de Piketty (2014) ao comparar as rendas do trabalho das três classes discutidas (10% mais ricos, 50% mais pobres e os 40% do meio), levando em consideração o salário médio de a partir de 2.000 euros por mês, situação essa, ilustrada na tabela abaixo.

**Tabela 1 –Distribuições de renda do trabalho – Países Escandinavos (1970-1980) e Estados Unidos (2010)**

<b>Distribuição dos grupos no total da renda do trabalho</b>	<b>Remuneração - Países escandinavos (1970-1980)</b>	<b>Remuneração - Estados Unidos (2010)</b>
10% mais ricos	4.000 euros por mês	7.000 euros por mês
50% mais pobres	1.400 euros por mês	1.000 euros por mês
40% do meio	2.250 euros por mês	2.000 euros por mês

Fonte: Elaboração própria, baseada em Piketty (2014).

Com o auxílio da tabela 1 é possível verificar que as desigualdades da renda do trabalho são bastante concentradas. O equilíbrio entre os dois grupos (países escandinavos e os Estados Unidos) é totalmente distinto.

Os Estados Unidos apresentam grande concentração na classe mais abastada (10% mais ricos) que representam as maiores remunerações, cerca de 7 vezes mais que os 50% mais pobres e uma média de 3 vezes mais que os 40% do meio.

Em contrapartida, os países escandinavos os 10% mais ricos suas remunerações são quase 3 vezes maiores que os 50% mais pobres e menos de 2 vezes maior que as dos 40% do meio.

Essa diferença que se encontra os mais ricos dos mais pobres nos Estados Unidos, reflete de maneira mais intensa no cotidiano dos indivíduos. Os menos abastados tem as suas escolhas reduzidas, implicando na qualidade de vida e em seus projetos pessoais.

Já para os indivíduos mais abastados, essas diferenças (salários médios dos Estados Unidos comparados aos dos países escandinavos) também afetam as suas escolhas, porém, com uma diferença que elas podem afetar os demais grupos envolvidos. Piketty salienta que,

Para as partes mais favorecidas da população, as diferenças entre distribuições são igualmente significativas: quando se dispõe durante toda a vida de 7.000 euros por mês em vez de 4.000 euros, [...] as despesas não são as mesmas, e se possui não só mais poder de compra, mas também mais poder sobre os outros – por exemplo, para ter a seu serviço pessoas que ganham pouco (2014, p.251).

Dessa forma, observa-se que os países escandinavos apresentaram rendas do trabalho mais igualitárias nos períodos 1970-1980, porém, esses números não são exatamente a porcentagem ideal para que os países tivessem distribuições igualitárias.

Esses valores são melhores comparados aos Estados Unidos nos anos 2010 e aos próprios países escandinavos que em meados dos anos 1900-1910 apresentavam fortes dados de concentração do décimo mais rico que representavam 90% de toda a renda nacional.

Essa situação evidencia condições extremas de concentração nas quais pode-se ocorrer em uma sociedade. Elas normalmente aparecem em duas formas retratadas pelo autor como sociedade de rentistas/hiperpatrimonial e sociedade de executivos/hipermeritocrática. No seu entendimento,

A primeira forma de se chegar á extrema desigualdade é o esquema clássico de uma “sociedade hiperpatrimonial” (ou “sociedade de rentistas”), isto é, uma sociedade em que os patrimônios são muito importante e a concentração atinge níveis muito elevados (tipicamente 90% do patrimônio total para o décimo superior e 50% para o centésimo superior). A hierarquia da renda total é, assim, dominada pelas rendas muito elevadas do capital e, sobretudo, pelas rendas do capital herdado. [...] a segunda maneira é um novo esquema, inventado em grande parte pelos Estados Unidos ao longo das últimas décadas: uma forte desigualdade de renda total pode ser o produto de uma “sociedade hipermeritocrática” (ou, ao menos, uma sociedade em que as pessoas do topo gostam de apresentar como tal). Isto é, uma sociedade muito desigual, mas onde o topo da hierarquia de rendas seria dominado pelas rendas do trabalho mais altas, e não pelas rendas herdadas (PIKETTY, 2014, p.258-259).

Não obstante, o autor deixa evidente que algumas alterações foram ocorrendo no decorrer no século XX, salientando que em meados dos anos 1930 as rendas do capital representavam a fonte principal de remuneração dos mais ricos.

Porém, a origem/composição dessas rendas se alteraram durante o século. Nota-se que as rendas do trabalho vão desaparecendo de maneira gradual, com os graus de hierarquia em ascensão. Ocorrendo uma predominância das rendas do capital nos centésimos e milésimos mais ricos.

Contudo, a grande alteração apontada pelo autor ocorre porque no século XXI, diferente dos anos 1930, incide um esforço maior para conseguir esses graus de hierarquia.

Dessa forma, apesar de ter ocorrido esse enfraquecimento, o centésimo ainda ocupa um espaço importante, principalmente na estrutura política e econômica.

A diferença relatada é que esse centésimo mais rico era representado pelos rentistas (rendas oriundas do patrimônio) e com as mudanças ocorridas são incorporados nas sociedades

de executivos, onde nas hierarquias de rendas se encontram um grande número de assalariados com grandes remunerações.

Essa sociedade de executivos no decorrer do século XX vai ampliando as desigualdades nos Estados Unidos, no momento em que, segundo o autor, o décimo mais rico vai obtendo cada vez parcelas maiores da renda nacional ao passo que o restante da população luta por espaços nesse mercado desigual.

A forte concentração de renda se relaciona com a divisão da riqueza e dos patrimônios e repercute também sobre as disparidades de renda das famílias. Exemplificado por Piketty (2015), pelas famílias da França nos anos 2000.

Essas desigualdades de renda podem, em alguns momentos, se apresentarem de forma mais alta do que a dos salários entre assalariados, devido ao desemprego presente nesse período. Todavia, as rendas patrimoniais são repartidas de maneira desigual, que se sobrepõe a divisão também desigual dos salários (PIKETTY, 2015, p.21).

Nesse sentido, os 10% mais ricos dos lares, representam 50% das rendas patrimoniais, já, os salários desse mesmo grupo, representa na França, 23,7%. Esses números, nos mostram as disparidades entre as desigualdades de patrimônio e salários e renda. Essas diferenças, segundo o autor não podem ser explicadas apenas pelo viés da renda ou pelas escalas de salários, que mensuram os salários por posições em que os indivíduos possam estar inseridos, que vão de 1 a 10, ou 1 a 100 (PIKETTY, 2015, p.21-22).

Essas desigualdades podem ser compreendidas, por diferenças encontradas no comportamento dos agentes em poupar e acumular, e, de maneira mais intensa, na baixa inserção das famílias pobres, que recebe pequenas aposentadorias, e na sua grande maioria tem apenas um componente da família como o provedor (PIKETTY, 2015, p.21-22).

Essas disparidades entre patrimônio, renda e salários, dada a sua complexidade e evolução no capitalismo, fazem com que a mensuração desses componentes, seja cada vez mais difícil de se explicar apenas, pela dimensão econômica.

## **2.5 Problematizando a questão da(s) desigualdade(s)**

Como foi possível ver até então, as desigualdades no debate contemporâneo considerando os autores explorados, demonstram uma diversidade em enfoques. Contudo, muito embora diversas, consideram que existem desigualdades novas que não necessariamente guardam relações com supostas “velhas desigualdades”. Este item objetiva levantar a crítica à essa perspectiva, não no sentido de não dar importância ao que se chamam de novas

desigualdades mas de não isolar seu entendimento desconsiderando elementos que estão na raiz e na origem das desigualdades desde a formação do capitalismo.

Para tanto, duas autoras serão fundamentais na construção dessa crítica: o livro de Alejandra Pastorini, intitulado “A categoria ‘questão social’ em debate” (2010) e a tese de doutorado de Ana Paula O. Mauriel, intitulada “Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade” (2008).

O foco da discussão aqui refere-se a Castel, Fitoussi e Rosanvallon e Amartya Sen, tendo em vista que são nestes que evidenciam-se a perspectiva das desigualdades consideradas novas.

Essa forma de se avaliar as desigualdades, se justificaria, ao se proporem no debate, novas maneiras de compreender como o fenômeno se desenvolve no capitalismo, se desvinculando da associação feita do mesmo, que retrata-o apenas pela dimensão econômica (classe, renda, patrimônio, propriedade, acumulação capitalista). Assim, as “velhas desigualdades”, não responderiam as questões das desigualdades no capitalismo, segundo esses autores.

Porém, outros autores vão nos mostrar que essa forma de tratar as desigualdades, compreendendo ela apenas pelas novas, deixando de lado as antigas, é uma perspectiva também problemática.

Nessa linha de argumentação destaca-se a interpretação de Pastorini (2010, p.52), que parte da tese de que os atuais debates em torno da “nova questão social” perdem a capacidade de considerar a processualidade da questão social no capitalismo. A autora afirma que:

Em muitos dos estudos sobre a “questão social” a originalidade não se faz presente, embora exista uma referência a uma “nova questão social” que decorreria do movimento natural de transformações sociais mais abrangentes. Nossos esforços se concentram aqui em indicar alguns elementos que nos permitem **analisar a “questão social”** contemporânea a partir de uma outra lógica, **com a intencionalidade de capturar a processualidade dessa problemática, recuperando o processo de conservação e renovação** (PASTORINI, 2010, p.53, grifo nosso).

A autora afirma que é preciso considerar a historicidade dos processos sociais de modo a entender o novo, mas não deslocar seu entendimento do passado. Assim, Pastorini afirma que é “[...] necessário questionar a divisão que se realiza entre a antiga e a nova “questão social”, cisão que produz uma ruptura no tempo [...]; essa separação leva à exaltação do “novo”, em oposição ao “antigo” (2010, p.54). Nessa perspectiva, a autora destaca:

Tomando como ponto de partida a premissa de que a “questão social” contemporânea apresenta novas determinações em relação às que existiam anteriormente, afirmamos que as mudanças vividas nas últimas décadas relacionam-se com as condições impostas pela “globalização financeira”.

**Essa novidade na economia capitalista não pode nos levar a ocultar os traços e elementos que perduram ao longo do tempo**, da mesma forma que estes não podem minimizar a novidade. Trata-se de um processo dialético de **conservação e superação, de continuidade e renovação** (PASTORINI, 2010, p.52, grifo nosso).

Para desenvolver sua argumentação, Pastorini (2010) parte da análise de Robert Castel, especificamente do seu livro “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário” e de Pierre Rosanvallon, especificamente o seu livro “A nova questão social: repensando o Estado-providência”. Destacam-se inicialmente as suas observações relativas a Castel. Segundo Pastorini:

Castel concentrará sua atenção na sociedade salarial e no surgimento do pauperismo entendido como um estado novo (tanto pelas suas causas quanto por seu caráter) gerado, não pela falta de trabalho, mas pela nova organização do próprio trabalho (2010, p.68).

A desestabilização dos estáveis estaria relacionada ao processo de precarização do trabalho, advindo da reestruturação do capitalismo. Adicionado a isso, se constata o crescimento do desemprego, a crescente pobreza, a redução das formas de solidariedade e a desproteção social.

Esses seriam elementos nos quais evidenciariam a crise para Castel (1998, 2010). Marcariam uma ruptura na trajetória do salariado e serviriam de fundamento para a existência de uma nova questão social. Ao comentar um trecho de Castel, Pastorini (2010, p.72), afirma:

Falando especificamente da “questão social”, ele dirá que hoje consistiria novamente “na existência de ‘inúteis para o mundo’ [capitalista], supranumerários e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa” (Castel, 1998, p.593) Tudo isto, juntamente com a fragilidade das instâncias coletivas, não exclusivamente referidas ao mundo do trabalho, leva a um individualismo negativo crescente, caracterizado por aqueles que se encontram sem vínculos e sem apoio, privados de todo tipo de proteção e de todo reconhecimento [...].

Essa situação de privação e exclusão dos indivíduos se relaciona com o enfraquecimento das formas de solidariedade, que podem ser solucionados com a presença do Estado interventor, para o referido autor. Assim, a preocupação central deveria se direcionar

para políticas de inserção, focalizadas nos mais pobres, ao invés de políticas de integração que se direcionam para todos os cidadãos.

Apesar de apresentar críticas a Castel (1998, 2010), Pastorini (2010) destaca a contribuição dele para o estudo da realidade contemporânea. Segundo ela, “[...] Castel preocupa-se em realizar uma detalhada e concisa análise sobre as metamorfoses da sociedade salarial, suas novas determinações e suas particularidades” (2010, p.74).

A autora questiona se seria possível sustentar um sistema baseado em conceitos de solidariedade e igualdade, uma vez que, tem-se a existência de uma sociedade capitalista, onde se tem um aumento da precarização, instabilidade e do desemprego estrutural, elementos esses que, segundo a mesma, não são causados de forma natural, mas sim por opções de cunho político (PASTORINI, 2010, p.74-75).

O outro autor para o qual Pastorini (2010, p.56) apresenta considerações é Rosanvallon. Muito embora a discussão realizada nesta monografia (no item 2.3) esteja amparada no livro de Fitoussi e Rosanvallon (1997) intitulado “A nova era das desigualdades”, compreende-se que os aspectos analisados por Pastorini estão presentes também no livro dos autores mencionados. Rosanvallon, assim como Castel tomam como central a ideia de que há uma nova questão social, na perspectiva de Pastorini (2010, p.56-57). A autora menciona um trecho relevante em que Rosanvallon reafirma isso:

[...] desde o início dos anos oitenta, o crescimento do desemprego e o aparecimento de novas formas de pobreza parecem, de forma contrária, levar-nos tempo atrás. Mas ao mesmo tempo, vê-se claramente que não se trata de um simples retorno aos problemas do passado. **Os fenômenos atuais de exclusão não remetem às antigas categorias da exploração.** Assim surge **uma nova questão social** (ROSANVALLON, 1995 apud PASTORINI, 2010, p. 57, grifo nosso).

Verifica-se que o autor também parte do entendimento de que há uma nova questão social, ressaltando que as antigas categorias de exploração não respondem mais a atual realidade. Pastorini (2010) destaca que, a partir da tese de que existe uma crise do Estado-providência tradicional, Rosanvallon irá destacar que para superar esta crise “[...] é necessário buscar alternativa à estatização/privatização [...], mas para isso seria necessário redefinir as fronteiras e as relações ente o Estado e a sociedade” (PASTORINI, 2010, p.60).

Nesse sentido, na ótica de Rosanvallon, seria necessário repensar os princípios de solidariedade, risco coletivo e concepção de direitos sociais. Pastorini expõe um trecho de Rosanvallon que deixa a sua proposta absolutamente transparente:

Não pode haver uma única forma de futuro para o Estado-providência, ela será necessariamente plural. O que é preciso tirar de nossas cabeças é a ideia de que o serviço coletivo = Estado = não-mercantil = igualdade, e que os serviços privados = mercado = lucro = desigualdade. *O futuro do Estado-providência passa pela definição de uma nova combinação desses diferentes elementos.* Trata-se de substituir a lógica unívoca da estatização por uma tríplice dinâmica articulada da *socialização*, da *descentralização* e da *autonomização* (ROSANVALLON, 1997 apud PASTORINI, 2010, p.60, grifo do autor).

Na concepção de Pastorini (2010, p.60-62), Rosanvallon irá aproximar-se das defesas que pregam a desresponsabilização do Estado no processo de garantia de direitos. Essa perspectiva também fortalece a ideia de que a utilização de políticas universais para solucionar o problema da exclusão, da desigualdade, estão ultrapassadas. Por outro lado, enfatiza que é necessário pensar em ajudas diferenciadas/individuais. Segundo Pastorini:

Essa alternativa pensada por Rosanvallon, centrada no Estado-providência ativo, poderia chegar a constituir uma justificação e sistematização do processo de individualização, entendido que o Estado-providência estaria cada vez menos vinculado às classes sociais e, ao contrário, cada vez mais relacionado aos indivíduos particulares. Ele pensa que a equidade deve ser garantida pelo Estado-providência ativo e que isso só será possível se essa instituição tiver um tratamento diferenciado para com os distintos setores da sociedade (2010, p.62).

Essa nova questão social abordada por Fitoussi e Rosanvallon, se relaciona com a possibilidade do fim do modelo tradicional do trabalho, ou seja, uma superação da sociedade salarial, nas palavras dos autores: “[...] sociedade salarial que considerava o emprego a tempo inteiro de duração indeterminada o vector privilegiado da inserção social e da cidadania e o mecanismo principal da redistribuição dos rendimentos” (1997, p.113).

Juntamente com essa alteração da organização do trabalho, é presente também o desemprego de massa e a exclusão, que se tornam por sua vez, fatores considerados estruturais pelos autores. Dessa forma, as soluções pontuadas pelos os mesmos, se encontram na ação do Estado-Providência (garantia do ideal de igualdade).

Todavia, Pastorini (2010) sobre essa possível solução se apresenta contrário aos autores, ao afirmar que:

[...] O Estado (pensado como entidade que pára acima das classes) seria o responsável de garantir o suposto “bem comum” (conjunto de princípios comuns a um conjunto de seres racionais em situação de igualdade) implicaria pensar que nenhum membro da sociedade poderia estar excluído, ou seja, estar-se-ia fazendo referência a todos e cada um dos homens, pesando como um conjunto homogêneo, onde não existiriam diferenças de nenhum tipo (PASTORINI, 2010, p.65).

Assim, na visão da autora esse “bem comum”, se comportaria como uma ideia construída socialmente para fomentar o bom funcionamento social. Com efeito, a mesma se questiona sobre o que poderia caracterizar uma sociedade justa? Concluído por sua vez, que as desigualdades no capitalismo, têm origens nas formas desiguais da distribuição da riqueza acumulada pelo sistema produtivo, “[...] cuja origem é a exploração dos trabalhadores e a concentração dos meios de produção nas mãos da classe capitalista” (PASTORINI, 2010, p.65).

Não havendo portanto, efetividade desse Estado (protetor) que dado o avanço do capitalismo e as políticas sociais nas quais estão inseridos, com destaque à diminuição do gasto social público, que ocasionaria na visão da autora numa menor inclusão de todos (trabalhadores e/ou beneficiários das políticas sociais), já que “[...] a inserção de todos colide com a lógica do próprio sistema capitalista” (PASTORINI, 2010, p.66-67).

Por fim, Pastorini (2010) desenvolve suas considerações abordando os aspectos gerais a partir da concepção de Castel e Rosanvallon. Na perspectiva da autora, a questão social deveria ser analisada por uma ideia de tempo histórico e não como novidade. Trata-se de novas expressões da mesma questão social. Sua origem estaria vinculada ao processo de reprodução capitalista.

Assim, Pastorini (2010, p.106) afirma: “[...] só seria possível afirmar que existe uma nova questão social, diferente daquela que surgiu no século XIX, se a ‘antiga questão social’ não existisse mais, seja porque foi superada seja porque foi resolvida”.

Nesse sentido, dois pressupostos seriam importantes, o primeiro refere-se ao fato de que o capitalismo não se esgotou e, que a questão social na sociedade capitalista se desenvolve na medida em que a sociedade que a originou esteja preparada para assumi-la (PASTORINI, 2010, p.106). Em suas palavras,

[...] a “questão social” na sociedade capitalista tem sua gênese nos problemas social a serem resolvidos nas diferentes formações sociais pré-capitalistas, mas sua origem data da segunda metade do século XIX, quando a classe operária faz sua aparição no cenário político na Europa Ocidental; [...] Por isso afirmamos que a “questão social” que tem sua raiz na sociedade capitalista deve ser pensada como parte constitutiva dessa sociedade que nos diferentes estágios produz distintas manifestações (PASTORINI, 2010, p.107).

Em uma perspectiva histórica, segundo Pastorini (2010, p.113), a questão social no capitalismo se relaciona à exploração capitalista, ou seja, a relação capital/trabalho, vinculada ao trabalho assalariado; podendo também se relacionar com a preocupação com a coesão social, onde o Estado controla as relações sociais do trabalho.

Conclui-se então, na visão da autora, que a questão social capitalista continua sendo um conjunto de problemas relacionados à produção de mercadorias, mais-valia e, reprodução das relações capitalistas. Apesar desses traços continuarem vigentes, levando à compreensão que não se trata de uma nova questão social.

Essas relações não se expressam de uma única maneira nas diferentes sociedades capitalistas e nos distintos momentos históricos. A novidade pode se apresentar nesse cenário de mudanças no mundo capitalista, onde desde os anos 1980, refletem um aumento da pobreza, desestabilização dos estáveis e, conseqüentemente, da perda dos padrões de proteção social (PASTORINI, 2010, p.115-116).

No que concerne às novas desigualdades tratadas no debate, destaca-se a ótica de Amartya Sen (2000, 2001), onde de acordo Mauriel (2008, p.303-304), diferencia-se de outros autores, pois a mesma, ao analisar a desigualdade e a pobreza, consegue migrar do espaço da renda que se vincula aos bens (ter), para as pessoas (ser e fazer).

Entende-se aqui, uma nova relação que se associa com o que os indivíduos podem fazer com esses bens, retratado como desigualdades de capacidades. Nessa interpretação das desigualdades, Mauriel (2008), compreende que o ponto central da análise de Sen (2000, 2001) situa-se no que o autor denomina como, espaço avaliatório. Nesse sentido,

[...] Ao sair da dimensão da renda (ter) e dos bens, que traduzem uma situação externa aos indivíduos e depende da estrutura de propriedade e do movimento da sociedade, para se concentrar nas capacidades dos indivíduos (ser e fazer), passa a considerar características agregadas às pessoas, e não mais algo exterior a elas. **Com o foco nas pessoas e naquilo que pode realizar, uma nova visão se estabelece sobre o todo social, que permite migrar a análise da realidade social da estrutura para o indivíduo** (MAURIEL, 2008, p.304, grifo nosso).

Com efeito, o autor ao optar por uma abordagem que trate as desigualdades por capacidades de funcionar, onde as pessoas teriam a liberdade de escolha pelos diversos tipos de vida e seus funcionamentos, essas escolhas não se restringiriam as decisões de cunho econômico, restritas a renda. Nas palavras de Mauriel,

Trata-se de uma perspectiva pluralista na medida em que avalia os funcionamentos realizados (escolhas valorizadas) e o conjunto capacitário (liberdade de agir). As liberdades substantivas ou capacidades são a oportunidade real de o indivíduo promover seus objetivos, levando em conta não apenas os “bens primários” que possui, mas as características pessoais relevantes que governam a conversão desses bens nos objetivos pessoais. Ou seja, o enfoque tem de incidir sobre as liberdades geradas pelos bens e não sobre os bens em si mesmos (2008, p.304-305).

Essa forma pluralista, compreende que não é apenas a renda, que faz com que hajam privações das capacidades dos indivíduos. Dessa forma, a falta de acesso a serviços públicos, fomes coletivas, são formas que para Sen (2000, 2001) causam possíveis impossibilidades de desenvolvimento dos indivíduos. A liberdade seria então, a expansão das capacidades nas quais as pessoas poderiam levar a vida da forma que mais valorizam. Porém, essas liberdades e capacidades individuais, no que tange as escolhas, também dependem da disponibilidade de renda e disposições sociais e políticas (MAURIEL, 2008, p.306).

Nessa concepção de capacidades e liberdades, ao retratar o papel das políticas públicas destacados por Sen (2000, 2001), Mauriel (2008, p.308) pontua que:

[...] Estas não precisam ser redistributivas (no sentido social-democrata clássico de redistribuir propriedade/renda), mas conseguir aumentar as capacidades, pois o aumento de renda seria alcançado pelos esforços dos próprios indivíduos no mercado.

Destacando aqui a importância do acesso aos serviços de educação e saúde, que de forma direta aumenta a qualidade de vida dos indivíduos e, podem auxiliar na sua inserção no mercado.

Nesse sentido, para Mauriel (2008, p.327), “[...] Sen apresenta um outro ‘mundo possível’ - aquele que cada um pode construir individualmente. Nele, o bem-estar passa a ser uma questão de opção individual que se pode escolher e adquirir no mercado”.

Todavia, a autora compreende que é presente na ótica de Sen (2000, 2001), uma reconceituação da questão social, ao condicionar a pobreza à visão das escolhas individuais. Ao se distanciar da dimensão coletiva, propondo o destaque aos atos individuais. O social deixa de ser uma questão.

Assim, ao se propor reduzir os efeitos das desigualdades, dificilmente isso poderá ocorrer apenas por meio de ações individuais. É importante nessa perspectiva a ação do Estado, como intermediador, visando um aumento do acesso a serviços públicos (água, energia, educação, saúde, segurança, transporte, saneamento, entre outros), e políticas de redistribuição de renda, por meio de políticas públicas.

As mesmas se tornam uma maneira na qual esses indivíduos podem conseguir a sua inserção, já que de forma individual, um número elevado não conseguiriam superar a pobreza e as desigualdades nas quais possam estar inseridos.

Não obstante, verificou-se que esse entendimento de nova questão social pode ser compatível a falhas, uma vez que não se têm à superação das antigas desigualdades, como as

mesmas persistem na sociedade, é válido pensar no conjunto de desigualdades (velhas e novas) que se expressam no capitalismo.

Vale ressaltar que não cabe a esta análise buscar soluções para reduções desse entrave. A proposta aqui foi a de apresentar como essas desigualdades vem se desenvolvendo e como elas podem se expressar em variadas dimensões.

### 3 A(S) DESIGUALDADE(S) NO ESTADO DA BAHIA – 2010

Com base no capítulo dois, foi possível identificar a partir dos autores Castel (1998; 2010), Fitoussi e Rosanvallon (1997), Amartya Sen (2000;2001), Thomas Piketty (2014; 2015) as variadas dimensões em que as desigualdades podem se expressar.

Dessa forma, o objetivo do capítulo supramencionado, é o de analisar por meio das variadas dimensões a desigualdade na Bahia. Para tanto, foram selecionadas algumas variáveis do Censo 2010 que pudessem apresentar tal quadro, sendo elas: gênero, cor/etnia, acesso a serviços públicos, trabalho, renda, prestações sociais.

Com o auxílio do debate sobre as dimensões, juntamente com à análise dos microdados do censo de 2010 busca-se compreender os diferentes níveis de pobreza e, respectivamente, as variadas condições socioeconômicas da população do Estado da Bahia, objeto da pesquisa.

A pesquisa se caracteriza como descritiva, ao se propor descrever as características de determinada população ou fenômeno. Desse modo, a abordagem da realidade baiana no que tange à(s) desigualdade(s) se encaixaria nesta modalidade.

Para organizar a análise adotou-se por uma divisão em itens nos quais um conjunto de variáveis serão analisadas considerando os enfoques de sexo/gênero (3.1), renda (3.2), cor/etnia (3.3) e infraestrutura pública e domiciliar (3.4). As variáveis referem-se a características de pessoas e domicílios do Censo 2010, no entanto, os resultados das variáveis são expressos com contagem da população em número de pessoas (n) e em participação percentual (%). O total da população válida considerada para a análise dos dados da Bahia foram os domicílios particulares permanentes ocupados<sup>13</sup>, que representam 99,2% da população.

No que tange aos dados utilizados, a fonte principal são os microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011). Estes dados podem ser encontrados na página do IBGE, tendo em vista que os microdados são disponibilizados em arquivos zipados em formato TXT. No entanto, nesta monografia será utilizada uma base de dados já organizada em arquivos do programa estatístico conhecido como SPSS ([2007?]) muito utilizado para análises descritivas nas ciências sociais. Os dados extraídos fazem parte de pesquisa realizada por Costa (2017) no âmbito da UESB e que foram disponibilizadas para análise nesta monografia.

Para que fosse possível analisar este objeto, foi verificado à sua relevância para o debate. Sendo assim, buscou-se compreender às características da Bahia no que tange à incidência das desigualdades sob as mesmas.

---

<sup>13</sup>V4001 – Espécie de unidade visitada: esta variável é composta das seguintes opções de resposta: (1) domicílio particular permanente ocupado, (2) domicílio particular permanente ocupado sem entrevista realizada, (3) domicílio particular improvisado ocupado e, (4) domicílio coletivo com morador.

A Bahia apresenta-se com maior contingente populacional de pobres (com renda menor que ¼ de salário mínimo) no Brasil, totalizando 3.959.987 pessoas (três milhões e novecentos e oitenta e sete), representando o maior percentual de pessoas pobres (12,88%) se considerado o total no Brasil, que é de 30.727.585 (trinta milhões, setecentos e vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco) (DATASUS, 2017).

Isso contrasta com a posição que a Bahia tem no Nordeste. Ela é a maior economia em termos de Produto Interno Bruto, representando 29,53% de todo o PIB nordestino (DATASUS, 2017).

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerado como na faixa média (0,660) fica abaixo de estados como Sergipe, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte (este último com o maior índice do Nordeste, 0,684). Este índice é formado pelas dimensões Educação, renda e longevidade. Destas o estado está pior colocado na dimensão educação. Quando se observa, por exemplo, o percentual de ocupados com superior completo (7,97%) na Bahia, verifica-se que o estado está nas últimas colocações considerando todos os estados do país, só não superando o estado do Maranhão (7,17%) no Nordeste (ATLAS, 2017).

No quesito acesso a infraestrutura pública destaca-se o acesso à energia elétrica. No Brasil inteiro os percentuais de acesso já aproximam-se da universalização, com percentuais que não são menores que 90%. Contudo, ao considerar os percentuais dos demais estados, novamente verifica-se que a Bahia (com 96,45% da população com acesso) apresenta percentuais menores em relação a outros estados do nordeste (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Ceará, Alagoas).

No que tange às características de sua população, a Bahia se destaca também como o estado com maior representação na população de negros(as) e pardos(as). O estado tem o maior percentual (73,01%) de sua população negra ou parda, bem acima do encontrado para o país (50,74%) (DATASUS, 2017).

### **3.1 Sexo/Gênero**

De acordo Fitoussi e Rosanvallon<sup>14</sup>(1997), as mulheres tem cada vez mais buscado seus espaços no mercado de trabalho, mas existem numerosas diferenças entre homens e mulheres no que tange a precarização do trabalho, menores salários e possíveis reposições dos contratos salariais, que fazem com que as mesmas em períodos de crise sejam as principais vítimas do desemprego ou até mesmo das ocupações mais precárias.

---

<sup>14</sup>Autores mencionados no capítulo dois deste trabalho.

Para o estado da Bahia são apresentadas algumas considerações a respeito de como se pode identificar as desigualdades quando se refere a distribuição da população entre mulheres e homens.

Assim, quanto a distribuição da população de acordo a cor/etnia. Esses resultados, foram descritos na tabela a seguir. Com efeito, na tabela 2 é presente na cor/etnia (preto/pardos/indígena), a predominância de indivíduos tanto do sexo masculino quanto do feminino. Com destaque, que dentro desse grupo predominante, têm-se um maior número de pardos (indivíduos que se declararam pardos no período da pesquisa), respectivamente 59,49% (homens) e 59,48% (mulheres).

**Tabela 2 - Distribuição da população por cor/etnia e sexo na Bahia (2010)**

Cor/etnia	Sexo	
	Mulheres (%)	Homens (%)
Branco/amarelo	26,68	22,59
Preto/pardo/indígena	76,27	77,36

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

Dessa maneira, de acordo com os dados do Censo demográfico a população feminina se encontra em maior número, ao se comparar com a masculina. Respectivamente, 7.092.443 representando 50,90% da população enquanto a masculina foi de 6.840.574 representando 49,09% (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

Com efeito, retornando as distribuições presentes entre homens e mulheres, no que concerne aos indivíduos que sabem ler e escrever as mulheres são mais representativas (84,1%) em relação aos homens (82,01%) (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

No que se refere ao nível de estudo mais elevado que foi cursado, apresentado na tabela 3 a seguir, verifica-se, que o maior percentual da população<sup>15</sup> (entre mulheres e homens) tem como curso mais elevado o regular/supletivo do ensino médio. No que diz respeito às diferenças entre mulheres e homens, observa-se que a participação feminina nos cursos mais elevados é maior a partir do ensino médio, onde as mesmas apresentam melhores resultados no que concerne a graduação e/ou outro nível superior. Porém esse percentual é ainda muito pequeno, se compararmos aos demais níveis de estudo, o que pode nos levar a compreender os baixos

<sup>15</sup>Esta variável indica resultados para a população que não frequentava a escola ou creche, mas frequentou. Em relação ao total da população, ela representa 54,13% (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

resultados do Estado da Bahia no que tange a educação e ao percentual de pessoas com ensino superior.

Já que os dados do IBGE (2010), apontam que o nível de instrução predominante entre homens e mulheres no período analisado, é o de fundamental incompleto/sem instrução, seguido do médio completo/superior incompleto.

**Tabela 3– Distribuição da população, por sexo, considerando o curso mais elevado que frequentou – Bahia (2010)**

Curso mais elevado cursado	Sexo	
	Mulheres (%)	Homens (%)
Creche/pré-escola/ classe de alfabetização (CA)	2,30	2,80
Alfab. de Jovens/adultos	3,09	3,22
Antigo primário	6,75	6,93
Antigo ginásio	1,03	0,99
Ensino fund. (da 1ª série a 3ª série)	14,30	18,02
Ensino fund. (4ª série)	8,49	10,00
Ensino fund. (5ª série/8ª série)	17,33	19,69
Supletivo do ensino fund.	1,97	2,10
Antigo Científico	1,15	0,88
Regular/Supletivo do ensino médio	34,63	28,86
Superior de graduação	7,12	5,27
Espec. de Nível Superior	1,45	0,86
Mestrado	0,23	0,21
Doutorado	0,08	0,10

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

No que concerne a categoria do emprego, na Tabela 4 a seguir, é possível verificar que as categorias: “Empregado com carteira de trabalho assinada” e “Empregado sem carteira de trabalho assinada” são predominantes entre homens e mulheres. Porém, as mulheres ocupam menos postos de trabalho com carteira assinada, comparado aos homens. As mesmas, se apresentam em desvantagens também, no que incide no trabalho sem carteira assinada, apresentando por sua vez, números maiores comparados aos homens.

Isso também se expressa ao analisar a renda. De acordo com os dados do Censo demográfico, no que concerne ao rendimento mensal total analisado no período de 2010, contabilizando os rendimentos que possam ser provenientes ou não do trabalho, têm-se que o rendimento mensal dos homens era de R\$ 702,83, enquanto para as mulheres, o valor era de R\$ 450,66. (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

**Tabela 4 – Distribuição da população, por sexo, considerando a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Bahia (2010)**

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Sexo	
	Mulheres (%)	Homens (%)
Empregado c/ carteira de trab. Assinada	34,41	37,00
Militar do exército/marinha/aeronáutica/Polícia militar/corpo de bombeiro	0,09	0,57
Empregado pelo regime jurídico dos func. Públicos	6,57	2,69
Empregado s/ carteira de trab. Assinada	33,17	28,07
Conta própria	20,65	28,06
Empregador	1,22	1,73
Não remunerado	3,86	1,84

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

Esse rendimento das mulheres era inferior ao dos homens e, ao mesmo tempo, ficava abaixo também do valor do salário mínimo do ano de 2010 (R\$ 510,00). Salientando, por sua vez, que as diferenças entre homens e mulheres refletem também diferenças nos seus rendimentos, que podem se expressar de forma mais intensa no mercado de trabalho.

Dessa forma, essas disparidades não podem ser justificadas apenas sob os anos adicionais de estudos desses indivíduos, pois as mulheres, como apontam os dados do IBGE (2011), nos níveis mais elevados de anos adicionais de estudos, apresentavam resultados maiores que os dos homens. Assim, nesse entendimento elas teriam que receber salários mais elevados do que os homens. Porém, não é essa lógica, que aparentemente o mercado aplica para se estabelecer os rendimentos.

Nessa perspectiva, as mulheres estariam em categorias de emprego mais precarizadas, atingindo maiores índices de trabalho sem carteira de trabalho assinada, por exemplo, como apontam os dados.

Se analisarmos portanto, essas disparidades por meio das condições de ocupação, entre homens e mulheres no período no qual foi realizado o censo, em ambos os sexos, os mesmos se encontravam ocupados, sendo 91,81% (homens) e 95,38% (mulheres). Porém, mais uma vez, os rendimentos em todos os trabalhos, para esse mesmo grupo de trabalhadores ocupados(as) no ano de 2010, era maior para os homens comparado as mulheres, respectivamente, R\$ 906,10 e R\$ 707,01 (IBGE, 2011; COSTA, 2017)

Ao analisar os subgrupos/categorias do emprego no trabalho principal, apresentados na Tabela 5, verificam-se as desvantagens nas quais as mulheres baianas se encontravam, no que concerne ao trabalho com carteira de trabalho assinada. Os dados do IBGE (2011) nos

mostram um número maior de homens nessas categorias. As mulheres baianas apresentam também um maior número de trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho (IBGE, 2011).

Dessa forma, as mesmas apresentaram por sua vez, um resultado melhor que os dos homens na categoria “Demais empregados sem carteira de trabalho assinada”, onde as mulheres encontraram-se na pesquisa com percentuais menores, sendo eles: 26,57% frente aos 40,25% dos homens. É presente também um maior número de mulheres no funcionalismo público (IBGE, 2011).

**Tabela 5 – Subgrupos/categorias do emprego no trabalho principal – Bahia (2010)**

Subgrupos/categorias	Sexo	
	Mulheres (%)	Homens (%)
Trabalhadores domésticos c/ carteira de trab. Assinada	4,18	0,41
Trabalhadores domésticos s/ carteira de trab. Assinada	18,09	0,82
Demais empregados c/ carteira de trab. Assinada	42,16	53,72
Militares e funcionários públicos estatutários	8,97	4,77
Demais empregados s/ carteira de trab. Assinada	26,57	40,25

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

Porém, mesmo que as mulheres tenham porcentagens maiores no número de funcionários públicos, elas são as que tem menos carteiras assinadas nos postos de trabalho. Todavia, o fato de um(a) trabalhador(a) não ter a sua carteira de trabalho assinada, implica em maiores dificuldades de inserção no mercado, no acesso aos direitos trabalhistas e demais benefícios vinculados a seguridade social.

Nessa tabela 5, é possível compreender essa relação ao analisar a categoria “Trabalhadores domésticos c/ e s/ carteira de trab. Assinada”, o número de mulheres sem carteira assinada é bem maior que o dos homens, essa categoria nos mostra também diferenças que marcam a divisão sexual do trabalho, onde se tem uma separação do que se pode ser considerado trabalho de homens dos das mulheres, assim o trabalho doméstico se encontraria nas categorias de trabalho vinculados às mulheres.

Essa divisão sexual do trabalho, pode por sua vez, iniciar-se na divisão das atividades nos núcleos familiares, onde se torna responsabilidade da mulher cuidar da casa, dos filhos, enquanto os homens ficam com o dever de prover o sustento da família. Essa relação desigual, reflete em resultados negativos para as mulheres, onde as mesmas, mesmo conseguindo melhores resultados no níveis mais altos de estudo, as mulheres não se encontram em sua

maioria nos postos de trabalho com carteira de trabalho assinada e não recebem salários maiores por terem maiores instruções.

Por fim, poderíamos compreender que essa possível cultura do machismo que se perpetua no avanço do capitalismo contribui de forma contundente no aumento das desigualdades de gênero/sexo. Porém ela não é o único elemento motivador, uma vez que se podem ter divisões entre as mulheres no que tange a cor/etnia, a renda, ao acesso à serviços públicos, elementos esses que serão discutidos nas seções a seguir.

### 3.2 Renda

Além dessas disparidades encontradas na Bahia, no que concerne as mulheres e homens. Para que se possa analisar as desigualdades encontradas na população do Estado da Bahia no ano de 2010, foi preciso analisar os indivíduos a partir da dimensão renda. Essa maneira de refletir as desigualdades, se assemelham às utilizadas por Piketty (2014, 2015), ao se propor em sua análise discutir sob a dimensão renda, as rendas do trabalho.

Nelas o autor, utilizou as rendas médias dos 10% mais ricos, 40% do meio (classe média) e os 50% mais pobres, entre os EUA e os países escandinavos, realizando por sua vez, comparações que fizeram com que o autor apontasse que essas rendas do trabalho diferem de um país para outro e em muitos casos, tornam-nas bastante concentradas. Como exemplo, foi utilizado o caso EUA que apresentam uma concentração da classe mais abastada em 7 vezes maior que as rendas dos considerados pobres.

Em busca de compreender as desigualdades a partir da dimensão renda, foi adotado a linha de pobreza utilizada no Cadastro Único no período em questão, onde seria considerado pobre, o indivíduo que tivesse renda per capita menor ou igual a R\$ 255,00 (meio salário mínimo do ano de 2010) e não pobre os demais que recebessem acima desse valor<sup>16</sup>.

O primeiro resultado presente nesse corte sob a renda, foi o de apresentar o elevado número de pobres existentes no Estado, respectivamente, 7.564.962 o que representa 54,29% da população. Observa-se também que no que tange a cor/etnia/raça predominante entre os não

---

<sup>16</sup>Tem-se ciência de que o salário mínimo brasileiro oficial, evidentemente, é insuficiente para o sustento da família. Essa é uma constatação dos estudos do DIEESE ao afirmarem que o valor nominal do salário mínimo vigente desrespeita o que prevê a Constituição. Segundo a Constituição “Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim” (BRASIL, 1988). Em virtude disso o DIEESE trabalha com a ideia de um salário mínimo necessário que supra o que realmente prevê a Constituição. Para mais detalhes sobre a metodologia de cálculo, consultar DIEESE (2016). Anualmente o DIEESE divulga o valor deste salário mínimo necessário e, para se ter uma ideia, em dezembro de 2010 este equivalia a R\$ 2.227,53 (DIEESE, 2010).

pobre e pobres são a preta/parda/indígena, comparadas a cor branca/amarela. Nessa cor/etnia predominante encontram-se respectivamente os percentuais de 80,05% (pobres) e 72,95% dos não pobres. (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

**Tabela 6 – Distribuição da população pobre e não-pobre, considerando o curso mais elevado que frequentou– Bahia (2010)**

<b>Curso mais elevado cursado</b>	<b>Pobres (%)</b>	<b>Não Pobres (%)</b>
Creche/pré-escola/ classe de alfabetização (CA)	3,32	1,87
Alfab. de Jovens/adultos	4,30	2,16
Antigo primário/ Ensino fund. (da 1ª a 4ª série)	41,80	23,92
Antigo ginásio/ Ensino fund. (5ª a 8ª série)	22,94	16,53
Supletivo do ensino fund.	2,06	2,01
Antigo Científico	0,26	1,67
Regular/Supletivo do ensino médio	24,21	38,37
Superior de graduação	0,96	10,76
Espec. de Nível Superior	0,09	2,09
Mestrado	0,15	0,40
Doutorado	0,06	0,17

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

Assim, ao se avaliar os cursos mais elevados que esses indivíduos tiveram, tem-se novas distribuições, apresentadas na tabela 6. De acordo a mesma, o curso mais elevado que os não pobres obtiveram, foi o de regular/supletivo do ensino médio.

Resultado similar ao encontrado, quando verificou-se o curso mais elevado dos homens e mulheres do Estado da Bahia (análise a partir do sexo/gênero). Já os pobres, o curso mais elevado foi o antigo primário/ensino fundamental (da 1ª a 4ª série). Vale destacar aqui, que nas categorias: superior de graduação, especialização de nível superior, mestrado e doutorado, os não pobres apresentam melhores resultados.

Observa-se, por fim, ao comparar o nível educacional dos pobres e não-pobres, considerando o percentual cumulativo da população, que o maior contingente dos indivíduos considerados pobres (72,3%) chegou no máximo até a 8ª série. Já os indivíduos considerados não-pobres tem, até este nível, apenas 44,5%. Ou seja, há entre os pobres um nível educacional mais baixo em comparação aos não-pobres. Desse modo, verifica-se que os anos adicionais em educação com maior destaque, se apresentam nos que possuem maiores rendas.

Quanto às informações relativas a trabalho, verifica-se que na condição de ocupação<sup>17</sup> o percentual de pobres ocupados é menor que entre os não-pobres, respectivamente, 82,03% e 94,35%.

**Tabela 7 – Distribuição da população pobre e não-pobre, considerando a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal - Bahia (2010)**

<b>Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal</b>	<b>Pobre (%)</b>	<b>Não pobre (%)</b>
Empregado c/ carteira de trab. Assinada	21,84	43,80
Militar do exército/marinha/aeronáutica/ Polícia militar/corpo de bombeiro	0,03	0,56
Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos	1,65	5,73
Empregado s/ carteira de trab. Assinada	43,55	22,70
Conta própria	27,92	23,43
Empregador	0,26	2,22
Não remunerado	4,72	1,53

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

Sobre as condições desse trabalho, conforme podem ser observadas na tabela 7, que entre os não pobres, os mesmos ocupam melhores posições no que tange ao trabalho formal (carteira de trabalho assinada e direitos trabalhistas garantidos), ao funcionalismo público e empregador.

Já, ao verificar a situação em que os pobres se encontravam, têm-se que os mesmos apresentam resultados inferiores em todas as posições. Pois até o fato de estarem em maior número em trabalho considerados “conta própria”, nos leva à compreender que a incidência do trabalho informal se verifica em maior número nesse grupo de baianos(as), são os mesmos que possivelmente estariam em trabalhos precários (sem garantias trabalhistas e demais benefícios vinculados à seguridade social), uma vez que os dados comprovam que os mesmos representam o maior número de indivíduos sem carteira de trabalho assinada.

Dessa forma, ao se analisar os subgrupos/categorias do emprego principal (Tabela 8), entre os não pobres, os mesmos se encontravam em sua maioria na categoria “Demais empregados com carteira de trabalho assinada”, enquanto os pobres na categoria “Demais empregados sem carteira de trabalho assinada”.

<sup>17</sup>Considera-se como indivíduos identificados nesta variável apenas a população com 10 anos ou mais (População Economicamente Ativa – Ocupada/desocupada).

**Tabela 8 – Distribuição da população pobre e não-pobre, considerando os Subgrupos/categorias do emprego no trabalho principal pela – Bahia (2010)**

Subgrupos/categorias do emprego principal	Pobreza	
	Pobres (%)	Não pobres (%)
Trabalhadores domésticos c/ carteira de trab. Assinada	1,82	2,14
Trabalhadores domésticos s/ carteira de trab. Assinada	14,60	4,96
Demais empregados c/ carteira de trab. Assinada	30,73	58,01
Militares e funcionários públicos estatutários	2,51	8,65
Demais empregados s/ carteira de trab. Assinada	50,32	26,21

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

Esses resultados, mostram que o grupo dos pobres têm maiores dificuldades de ter sua inserção no mercado. Essa afirmativa é feita, uma vez que os resultados da tabela anterior, trazem um número baixo de instrução desse grupo, e possivelmente sob as condições socioeconômicas reduzidas nas quais estão inseridos.

Com efeito, ao se verificar esses dois grupos, não pobres e pobres. Foi abordado no Censo de 2010, os indivíduos que em julho de 2010 teriam tido um rendimento mensal advindo de aposentadorias, pensão de Instituto de previdência oficial (Federal, Estadual ou Municipal). Nos dois grupos, a maioria dos indivíduos não tiveram rendas oriundas de aposentadorias ou pensões. Porém, entre o grupo do não pobre, os mesmos apresentam 20,96% dos percentuais dos que recebem, frente aos 6,96% dos pobres (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

Quanto aos indivíduos que obtiveram rendas mensais de outras fontes como: Juros de poupança; aplicações financeiras; aluguel, pensão, aposentadoria de previdência privada, etc, os dados nos mostram que entre os não pobres, existem um número maior dos que receberam, sendo eles: 5,68% frente aos 1,10% (pobres), expressando o número maior de não pobres nas posições de ocupações no mercado formal, o que acarreta em garantia à seguridade social (aposentadoria e outros benefícios) (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

No mesmo período, foram abordados também, se esses indivíduos teriam obtido suas rendas mensais advindos do Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o resultado encontrado é o de que os pobres receberam maiores rendas vindas desses programas, respectivamente 17,66% e 5,20% (não pobre) (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

Esses resultados, reiteram também o fato no qual, esses indivíduos pobres podem por sua vez, pulverizar seus rendimentos. Já que os recursos vindos dos programas de redistribuição de renda, podem não ser suficientes para a sobrevivência da família. Assim, não seria possível a ocorrência de renda vindas apenas dessas formas mencionadas anteriormente.

Não obstante, assim como as dimensões mencionadas anteriormente neste capítulo, na dimensão renda foi possível visualizar também as disparidades encontradas na população baiana, com destaque ao recorte feito entre os considerados pobres e não pobres no Estado da Bahia, que possibilitou que se pudesse verificar que entre os pobres, a falta de proteção social, vulnerabilidade, precariedade nos postos de trabalho são mais presentes do que entre os não pobres.

Todavia, essas constatações nos levam a compreender que entre os pobres, dadas as condições socioeconômicas possivelmente insuficientes, a renda para os mesmos se vincularia apenas para o consumo (propensão marginal quase igual a 1), diferentemente dos não pobres, que dadas as melhores condições, salientam uma maior representatividade em todas as situações analisadas na dimensão.

### **3.3 Cor/etnia**

Ao se analisar a cor/etnia da população baiana, têm-se informações que acabam se interligando com outras dimensões, como por exemplo: à dimensão sexo/gênero, que ao ser analisada, buscou-se na pesquisa a cor predominante em cada sexo, entre outros dados.

Dessa forma, ao se analisar a cor/etnia predominante no Estado da Bahia, a cor parda, juntamente a preta e indígena representam 76,86%, reafirmando, o resultado presente na dimensão gênero (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

Outra dimensão que interliga a de cor/etnia, é a de educação. Nesse sentido, temos que o número de indivíduos que sabem ler e escrever, de acordo o censo do IBGE (2010), é de 82,46% para os pretos, pardos e indígenas, e de 85,24 % para brancos e amarelos.

Apesar de termos números próximos dos que sabem ler e escrever nos dois grupos, o número dos que não sabem, é maior entre pretos, pardos e indígenas, sinalizando possíveis desigualdades entre os grupos.

Quanto ao curso mais elevado que frequentou, de acordo a Tabela 9 (a seguir), têm-se o regular/supletivo do ensino médio, como o mais presente entre pretos, pardos e indígenas. Já os níveis mais elevados, é predominante entre brancos e amarelos, que em questão, são um número menor de indivíduos na Bahia (representando 23,16%).

Todavia, a presença de forma menor dos pretos, pardos e indígenas, nos níveis mais elevados de educação, pode ser motivada pelas diferentes condições socioeconômicas entre os grupos. Uma vez que indivíduos que vivam em situações precarizadas (falta de acesso à serviços públicos, habitação, renda, trabalho, entre outros), dificilmente conseguirão anos adicionais de estudos, como os indivíduos do outro grupo.

**Tabela 9 – Distribuição da população, por cor/etnia, considerando o Curso mais elevado que frequentou - Bahia (2010)**

Curso mais elevado que frequentou	Cor/etnia	
	Pardos, pretos e indígenas (%)	Branco/amarelos (%)
Creche/pré-escola/ classe de alfabetização (CA)	2,59	2,39
Alfab. de Jovens/adultos	3,29	2,70
Antigo primário	6,75	7,13
Antigo ginásio	0,98	1,12
Ensino fund. (da 1ª a 3ª série)	16,77	14,09
Ensino fundamental (4ª série)	9,57	8,15
Ensino fund. (5ª a 8ª série)	19,15	16,32
Supletivo do ensino fund.	2,10	1,80
Antigo Científico	0,86	1,52
Regular/Supletivo do ensino médio	32,10	30,84
Superior de graduação	4,77	10,90
Espec. de Nível Superior	0,82	2,25
Mestrado	0,13	0,50
Doutorado	0,05	0,23

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

Sobre a posição na ocupação e categoria no emprego (Tabela 10), as mesmas apresentaram as seguintes distribuições: Em ambos os grupos existe um maior número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, porém, quando se analisa os empregados sem carteira de trabalho assinada, os negros, pardos e indígenas são maiores comparados aos brancos e amarelos.

**Tabela 10 – Distribuição da população, por cor/etnia, considerando a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Bahia (2010)**

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Cor/etnia	
	Pardos, pretos e indígenas (%)	Branco/Amarelos (%)
Empregado c/ carteira de trab. Assinada	0,77	0,22
Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos	0,70	0,29
Empregado s/ carteira de trab. Assinada	0,79	0,20

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

É possível verificar também, que as proporções são muito semelhantes entre esses dois grupos no que tange a cor, ressaltando que neste caso, a distribuição entre as categorias de

emprego acompanham, de certa maneira a distribuição da população quanto a cor (maiores percentuais entre os pardos, pretos e indígenas que apresentam um contingente maior na Bahia).

Não obstante, ao buscar analisar em Julho de 2010, os rendimentos mensais habituais advindos de aposentadorias, pensões dos institutos de previdência oficial (federal, estadual ou municipal), programas sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ou outras fontes<sup>18</sup>.

Encontra-se, no que tange aos rendimentos advindos de aposentadorias e pensões dos institutos de previdência oficial, que os brancos e amarelos foram os que mais obtiveram, respectivamente 16,34% frente aos 13,07% dos pardos, pretos e indígenas. Entre os brancos e amarelos é maior também o número de indivíduos que tiveram rendimentos oriundos de outras fontes (4,68%) enquanto os pardos, pretos e indígenas representaram 2,95% (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

Esses números podem expressar duas perspectivas: 1) os brancos e amarelos por estarem em maior número com a carteira de trabalho assinada, conseqüentemente, o trabalho formal lhes traria direitos e benefícios no que tange à seguridade social; 2) os brancos e amarelos, dada a presença maior nos empregos formais, possivelmente têm uma renda média mais elevada que os pardos, pretos e indígenas, o que os leva a terem uma maior propensão a poupar, e poder também aplicar seus rendimentos.

Já no que tange aos programas de transferência de renda (programas sociais, mencionados anteriormente), os pardos, pretos e indígenas obtiveram 12,18% ao passo que os brancos e amarelos representaram 9,45%. Se compararmos aos resultados encontrados na dimensão renda, poderíamos chegar a hipótese de que na cor/etnia parda, preta e indígena teríamos um maior número de pobres (já que os resultados encontrados na dimensão renda, foi o de que os indivíduos que mais receberam rendimentos advindos de programas sociais foram os pobres) (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

Quando se observa a partir de outra distribuição, por categorias do emprego, na Tabela 11, é possível identificar a participação do trabalho doméstico. Nesse tipo de categoria do emprego, com ou sem carteira, os pretos e pardos tem o maior percentual. Cabe ressaltar também que, muito embora não seja uma categoria de participação significativa, o trabalho doméstico ainda é um trabalho sem garantias trabalhistas.

Na Bahia é presente também nessa categoria do emprego, os indivíduos considerados pobres (considerando a linha de corte atribuída na dimensão renda, onde se incluíam os

---

<sup>18</sup>De acordo o IBGE (2011), para essa análise, considerou-se outras fontes de rendimento mensal habitual, os juros de poupança, aplicações financeiras, aluguel, pensão/aposentadoria de previdência privada.

indivíduos que recebiam até R\$ 255,00 no ano de 2010) e entre esses pobres, tinha-se que em sua maioria se encontravam as mulheres.

Salientando por sua vez, que nessa categoria de trabalho é presente o trabalho informal (o que acarreta em números menores de indivíduos com direitos trabalhistas e demais benefícios/garantias contidos na seguridade social) e a precarização do trabalho feminino, que dada a separação do que seria trabalho feminino do masculino, passam a se associarem aos trabalhos vinculados a esse ofício, que implicam em menores remunerações.

**Tabela 11 - Distribuição da população, por cor/etnia, considerando os subgrupos/categorias do emprego no trabalho principal – Bahia (2010)**

Subgrupos/categorias do emprego principal	Cor/etnia	
	Pardos, pretos e indígenas (%)	Brancos/Amarelos (%)
Trabalhadores domésticos c/ carteira de trab. Assinada	2,23	1,31
Trabalhadores domésticos s/ carteira de trab. Assinada	8,75	6,41
Demais empregados c/ carteira de trab. Assinada	48,30	50,37
Militares e funcionários públicos estatutários	6,04	8,42
Demais empregados s/ carteira de trab. Assinada	34,65	33,46

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

Utilizou-se o corte de renda per capita para identificar pobre e não-pobre a partir da dimensão cor/etnia. Considerou-se-pobre aquele que recebeu até meio salário mínimo per capita (R\$ 255,00) no ano de 2010 e não pobre, acima desse valor. Os negros, pardos e indígenas representam 80,1% dos pobres na Bahia, muito além inclusive do percentual de participação destes na população em geral (76,8%).

Para finalizar a apresentação do conjunto de dados (Tabela 12 a seguir), que tem como foco principal a dimensão cor/etnia na Bahia, adicionou-se na análise a dimensão de gênero na análise de algumas variáveis, assim é possível ver em uma variável a partir de duas características (no caso cor/etnia e gênero).

Dessa forma, reagrupando as categorias em apenas dois tipos: emprego formal e emprego informal<sup>19</sup> é possível identificar que a informalidade é mais significativa, tanto no que se refere a cor/etnia quanto sexo. Contudo, a diferença mais significativa se encontra ao observar a separação das mulheres, a partir de cor/etnia. Mais da metade das mulheres negras,

<sup>19</sup>Foram consideradas apenas as cinco (5) categorias iniciais, que foram divididas em Emprego formal (Empregado c/ carteira de trab. Assinada + Militar do exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros + Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos) e Emprego informal (Empregado s/ carteira de trab. Assinada + Conta própria).

pardas e indígenas (55,1%) estão no emprego informal, enquanto entre as mulheres brancas e amarelas esse percentual chega a 49,85%, diferença essa que não se reproduz entre os homens a partir de cor/etnia.

**Tabela 12 – Distribuição da população ocupada, por sexo e cor/etnia, considerando a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Bahia (2010)**

Sexo	Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Cor/etnia	
		Pardos, pretos e indígenas (%)	Branco/Amarelos (%)
<b>Masculino</b>	Emprego Formal	40,92	38,06
	Emprego Informal	56,07	56,38
<b>Feminino</b>	Emprego Formal	40,20	43,76
	Emprego Informal	55,11	49,85

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

As mulheres brancas e amarelas, por estarem em maior número no trabalho formal, as mesmas passam a ter uma maior inserção, amparadas por sua vez, nos benefícios/direitos vinculados à carteira de trabalho assinada, comparando-as demais trabalhadoras pardas, pretas e indígenas. Esse fato nos leva a compreensão de que existem desigualdades entre as mulheres a partir da cor/etnia, e que essas diferenças tendem a se expressar nos rendimentos de ambas.

Vale ressaltar também que os indivíduos de cor/etnia branca e amarela são minoria no Estado da Bahia. Dessa forma, ao se ter os percentuais que representam 38,06% (homens) e 43,76% (mulheres) com emprego formal, esses dados podem nos levar à compreensão na qual, indivíduos com essas características, se tornam em maior número possuidores de melhores posições nas ocupações do emprego principal e de maiores rendimentos, comparados aos demais que não detenham dessas características. Assim, teríamos que a maioria da população baiana que se encontra na cor/etnia preta, parda e indígena estaria em empregos precários, uma vez que os brancos e amarelos apresentam melhores resultados.

### 3.4 Infraestrutura pública e bens domiciliares

Uma outra dimensão ao qual é possível analisar as desigualdades é baseado no acesso a infraestrutura pública e aos bens domiciliares. Nesse contexto de desigualdades, temos a ocorrência das mesmas no acesso aos serviços públicos, como por exemplo: lixo, água, esgoto,

energia elétrica. E no acesso a bens domiciliares, como os eletrodomésticos, veículos, eletroportáteis, entre outros.

A primeira discussão a respeito dessa dimensão, se contextualiza pela maneira na qual o lixo dos domicílios são coletados<sup>20</sup>. Para isso, foi considerada as dimensões renda (com o corte da população baiana entre pobres e não pobres) e a cor/etnia mencionadas nos itens anteriores.

**Tabela 13 – Distribuição da população, por renda e cor/etnia, considerando a coleta de Lixo realizada por serviço de limpeza – Bahia (2010)**

Renda	Cor/etnia	(%)
Não Pobres	Pardos, pretos e indígenas	68,89
	Branco/Amarelos	75,02
Pobres	Pardos, pretos e indígenas	50,36
	Branco/Amarelos	51,45

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

Assim, na Tabela 13, verificou-se que entre os não pobres e pobres de cor etnia (parda, preta e indígena), a porcentagem é menor de coleta feita diretamente pelo serviço de limpeza, quando comparado com os brancos e amarelos.

**Tabela 14 – Distribuição da população, por renda e cor/etnia, considerando o abastecimento de água pela rede geral de distribuição - pop. baiana (2010)**

Pobreza	Cor/etnia	(%)
Não Pobres	Pardos, pretos e indígenas	87,62
	Branco/Amarelos	88,38
Pobres	Pardos, pretos e indígenas	71,18
	Branco/Amarelos	71,44

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

Quanto ao abastecimento de água, pela rede geral de distribuição, a Tabela 14 nos apresenta que entre os pobres, comparados aos não pobres, há percentuais menores de acesso à água. Já entre os não pobres, os brancos e amarelos apresentam maiores acessos ao serviço.

Dessa forma, quanto o esgotamento sanitário, do tipo rede geral de esgoto e fossa séptica, apresentados na tabela 15, verifica-se que entre os pobres esse acesso à esse serviço é

<sup>20</sup>Cabe ressaltar que na Tabela 13 cada percentual apresentado refere-se a apenas uma das opções de resposta (no caso, lixo coletado diretamente por serviço de limpeza) para o total da população que se encaixa na característica selecionada (de cada linha). Assim, os percentuais apresentados não somam 100% em seu conjunto. A mesma lógica de distribuição dos percentuais também segue esta lógica nas Tabelas 14, 15 e 16.

bem menor, ao se comparar com os não pobres. Assim, conclui-se também que é presente, a predominância dos brancos e amarelos no acesso à esse serviço.

**Tabela 15 – Distribuição da população, por renda e cor/etnia, considerando a rede de esgoto - pop. baiana (2010)**

<b>Pobreza</b>	<b>Cor/etnia</b>	<b>(%)</b>
<b>Não Pobres</b>	Pardos, pretos e indígenas	65,58
	Brancos/Amarelos	66,63
<b>Pobres</b>	Pardos, pretos e indígenas	43,75
	Brancos/Amarelos	40,93

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

Já, quando se trata do acesso à energia elétrica (apresentada na tabela 16), distribuída por uma companhia, os números se aproximam bastante, tanto no que tange analisar a população pela cor/etnia (pardos, pretos e indígenas ou brancos e amarelos), ou pela definição de não pobres ou pobres. Levando à compreensão de que esse serviço é disponível para a maioria da população baiana, diferentemente dos serviços discutidos anteriormente.

**Tabela 16 – Distribuição da população, por renda e cor/etnia, considerando a rede de energia elétrica - pop. baiana (2010)**

<b>Renda</b>	<b>Cor/etnia</b>	<b>(%)</b>
<b>Não Pobres</b>	Pardos, pretos e indígenas	97,55
	Brancos/Amarelos	97,94
<b>Pobres</b>	Pardos, pretos e indígenas	92,67
	Brancos/Amarelos	92,66

Fonte: Microdados do Censo 2010. Elaboração própria, baseado em dados de Costa (2017).

Todavia, esse maior acesso da rede elétrica, não se estende aos outros dados, quando se opta em analisar a infraestrutura dos domicílios baianos, notou-se que entre os pobres, tanto os pardos, pretos e indígenas, quanto os brancos e amarelos, possuem o eletrodoméstico “geladeira”, porém, entre os brancos e amarelos a porcentagem é maior, em uma frequência relativa, temos: 75,35% (pardos, pretos e indígenas) e 76,85% (brancos e amarelos) (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

Essas diferenças entre os pobres podem ser associadas também ao fato que o acesso à rede elétrica não chegava a toda população baiana (como observa-se nos dados trabalhados na tabela 16, extraídos do censo de 2010). O que pode ocasionar, na não obtenção do eletrodoméstico. Todavia, entre os não pobres, a porcentagem dos que têm esse eletrodoméstico

é maior entre os brancos e amarelos que representam 94,71% frente aos 92,83% dos pardos, pretos e indígenas (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

Dessa forma, ao analisarmos o número de indivíduos que possuem automóvel para uso particular, é maior os que não possuem o veículo, principalmente entre os pobres (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

Por fim, ao se propor verificar as porcentagens dos baianos que possuem aparelho celular no ano de 2010, encontrou-se maiores porcentagens entre os não pobres, que apresentaram as seguintes frequências: 84,88 % (pardos, pretos e indígenas) e 86,47% (brancos e amarelos). Já, os pobres apresentam números inferiores a esses, sendo eles: 65,53 (pardos, pretos e indígenas) e 64,69 (brancos e amarelos).

Quanto à existência de microcomputador nesses domicílios, os não pobres são os que mais possuem. Dentre eles, se destacam os brancos e amarelos (50,55%), frente aos pardos, pretos e indígenas que representam (38,77%). Os brancos e amarelos se destacam também entre os pobres, comparados aos pardos, pretos e indígenas. Portanto, nesse aspecto, em ambas as situações os pardos, pretos e indígenas se encontraram em uma situação inferiorizada (IBGE, 2011; COSTA, 2017).

Diante da exposição realizada, foi possível compreender os diferentes níveis de pobreza e, respectivamente, as variadas condições socioeconômicas da população do Estado da Bahia, respondendo a problemática proposta no trabalho que se pautou em compreender como se expressam as desigualdades na Bahia, considerando um conjunto de dimensões (gênero/sexo, cor/etnia, renda e infraestrutura pública e bens domiciliares).

Assim foi possível compreender as disparidades entre homens e mulheres, nas quais as mulheres apresentaram maiores situações de precarização do trabalho (emprego informal, menores salários, divisão sexual), mesmo obtendo melhores níveis de educação.

Já no que tange a cor/etnia predominante na Bahia, a mesma é representada pela parda, preta e indígena, comparada a branca e amarela. Essa mesma divisão reflete também entre os pobres e não pobres, onde se observou que o maior número de pobres se encontram na cor/etnia parda, preta e indígena, já os não pobres na branca e amarela.

Apesar dos pardos, pretos e indígenas representarem o maior número da população no ano de 2010, os melhores resultados se encontram entre os brancos e amarelos, sejam nos anos adicionais de estudos ou nas posições de ocupações com carteira de trabalho assinada. Todavia, o trabalho formal se vincula a garantia/benefícios da seguridade social, assim encontrou-se nos indivíduos brancos e amarelos um maior número com rendimentos advindos da previdência social, poupanças e outros investimentos.

Por fim, verificou-se na dimensão infraestrutura pública e bens domiciliares, que os pobres foram os que mais sofreram no período com a falta de acesso aos serviços públicos (água, energia, saneamento, transferência de renda, entre outros) e os que em menor número tiveram acesso a aquisição de bens domiciliares, essa falta de acesso ocasionou possivelmente em uma menor inserção dessa população no que tange à educação, trabalho e rendimentos, fazendo por sua vez, que o Estado da Bahia se apresente como objeto deste trabalho, ao se apresentar em todas as dimensões resultados que salientem a presença das desigualdades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo deste trabalho, foi possível compreender a dinâmica das desigualdades no capitalismo, e de como o entendimento das mesmas pode ser diverso. Ao debruçar-se nas literaturas que tratam do tema verificou-se que é possível encontrar pelo menos dois grandes blocos de discussão marcados inicialmente pelo debate que problematiza a origem da desigualdade - o debate clássico -, seguido daquele conjunto de debates mais contemporâneos. Os capítulos 1 e 2 foram desenvolvidos tentando mapear estes dois blocos de discussão.

Assim, a pesquisa iniciou-se a partir dos autores que retrataram discussões mais clássicas das origens do fenômeno. O objetivo aqui foi o de demonstrar elementos que pudessem apresentar às possíveis origens das desigualdades, sendo eles: a propriedade privada, a acumulação capitalista, os salários e lucros e o trabalho.

Esses elementos fomentam os estudos que compreendem as desigualdades a partir de classes econômicas (renda, patrimônio e acumulação), o que normalmente leva à uma associação das desigualdades à polarização entre ricos e pobres. Entende-se que esta é uma perspectiva importante na análise das desigualdades no capitalismo, muito embora nos estudos mais recentes, das chamadas novas desigualdades, esta tenha sido considerada como ultrapassada.

Essas definições apresentadas oferecem elementos para a análise das desigualdades no capitalismo e são consideradas discussões clássicas que estão presentes nas interpretações mais contemporâneas. Contudo, ressalta-se que dentre as interpretações mais clássicas apresentadas, entende-se que as considerações de Marx ajudam a identificar os elementos centrais, que estão na raiz das desigualdades no capitalismo.

Nesse sentido, não se pode perder de vista, na análise da desigualdade no capitalismo, que este modo de produção se ampara em relações sociais de produção que tem como fundamental, de um lado, a propriedade dos meios de produção exercida pelos capitalistas, e de outro lado, o trabalhador possuidor apenas de sua força de trabalho para garantia da subsistência. Obviamente outros aspectos não devem ser desconsiderados nessa análise.

Ao partir para o debate mais contemporâneo, foi possível identificar que o foco da discussão gira em torno do que se convencionou chamar de “novas desigualdades”. Utilizou-se na pesquisa a abordagem de Castel, Fitoussi e Rosanvallon e Amartya Sen, para evidenciar a perspectiva das desigualdades consideradas novas.

Essa forma de se avaliar as desigualdades, se justificaria, ao se proporem no debate, novas maneiras de compreender como o fenômeno se desenvolve no capitalismo, se desvinculando da associação feita pelos estudos clássicos, que retrata-o pela dimensão econômica (classe, renda, patrimônio, propriedade, acumulação capitalista). Assim, as “velhas desigualdades”, não responderiam as questões das desigualdades no capitalismo contemporâneo, segundo esses autores.

Porém, conforme perspectiva de Pastorini e Mauriel destaca-se que essa forma de tratar as desigualdades, compreendendo ela apenas pelas novas e deixando de lado as antigas, é uma perspectiva também problemática.

Ao se analisar as desigualdades apenas pela existência de novas, conclui-se que haja apenas uma nova questão social, o que de fato não condiz com a realidade. Entende-se que no capitalismo o que se pode observar, é a existência de um conjunto de desigualdades (velhas e novas) que se relacionam no mesmo espaço. Portanto, a desigualdade no capitalismo se expressa de vários ângulos que devem ser considerados e problematizados, mas não descolados do que estrutura e movimenta o capitalismo.

Considerando os aspectos apresentados no debate, a pesquisa parte para analisar o estado da Bahia no sentido de pontuar a existência das desigualdades sob a perspectiva de um conjunto de dimensões. Nesse sentido, a proposta guiou-se pelo seguinte problema: considerando um conjunto de dimensões, como se expressa a desigualdade no Estado da Bahia, no ano de 2010?

Para isso, foram utilizados os microdados do Censo Demográfico do IBGE, do ano de 2010, onde foi possível verificar diferentes dimensões, nas quais as desigualdades poderiam se expressar no Estado da Bahia.

Essas dimensões possibilitaram que as desigualdades não fossem analisadas de maneira isolada, ou seja, a partir de uma única dimensão<sup>21</sup>. Outro ponto importante, é o de que as dimensões se interligam, possibilitando verificar as diferentes situações de desigualdades que a mesma população baiana estava inserida no ano de 2010.

O Censo 2010 foi escolhido tendo em vista que se utilizou de uma base de dados pronta, já explorada pela professora orientadora, em pesquisa que estava em andamento na UESB. A opção por uma base mais atual demandaria a construção desta base de dados, e isto exigiria um tempo não viável para a finalização da monografia.

---

<sup>21</sup>Normalmente os debates sobre as desigualdades associam suas causas à dimensão econômica, que se vincula a renda, ao patrimônio, propriedade.

Muito embora se tenha ciência de que já existem dados mais atualizados, inclusive disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para Estados, optou-se por centrar a análise a partir do Censo, também a considerando mais ampla em termos de alcance, tendo em vista que se trata de um censo populacional e não de uma pesquisa amostral como é o caso da PNAD.

Dessa forma, foi possível verificar que as mulheres representam um maior número da população baiana, são elas também que atingiram melhores resultados no que tange aos níveis mais elevados de educação. Porém, são elas também que estiveram mais expostas as condições de emprego sem proteção (sem carteira de trabalho assinada), salários menores em relação ao dos homens (inferiores também ao valor do salário mínimo do período) e a divisão sexual presente na distribuição de ocupações (exemplificado pelo trabalho doméstico que é exercido em maior número pelas mulheres, sendo um exemplo também de emprego sem proteção, ao se ter um maior número de trabalhadoras exercendo o ofício no período sem carteira de trabalho).

O trabalho analisou também que a cor/etnia predominante na Bahia é a parda, preta e indígena, comparada a branca e amarela. Todavia, apesar de constituírem-se em maioria, não são eles que se encontram em situações socioeconômicas melhores.

Assim, verificou-se que entre os pobres, o maior número é representado pelos pardos, pretos e indígenas, ressaltando que é nesse mesmo grupo que se tem níveis menores de educação, emprego formal e acesso a serviços públicos.

Já os brancos e amarelos são os que possuem melhores posições nos anos adicionais de estudo, no mercado de trabalho formal, ocasionando maiores rendimentos que permitiu que os mesmos tivessem como obter rendimentos oriundos da previdência social (dada as garantias/benefícios de se ter a carteira assinada), entre outros rendimentos como pensões, poupança e investimentos.

Desse modo, os dados não deixam de corroborar o que os estudos que tratam das desigualdades levantaram na pesquisa através de Castel (1998, 2010), Sen (2000, 2001), Fitoussi e Rosanvallon (1997) e Piketty (2014, 2015). Existem realmente desigualdades quando analisamos as dimensões e os dados reforçam isso. Mas, como foi ressaltado no capítulo 2, a forma na qual estas desigualdades são consideradas, descolando o seu entendimento da própria lógica de desenvolvimento do capitalismo, como produtor de riqueza e pobreza, torna a análise incompleta, que levará a soluções incompletas.

Os dados apresentados nas dimensões expressam a presença de desigualdades na Bahia, assim como os diferentes níveis de pobreza e condições socioeconômicas, respondendo por sua vez, a problemática proposta neste trabalho.

Porém, é importante frisar, que não cabe à essa análise apresentar soluções para supostas formas de reduções dos níveis de desigualdades na Bahia no ano de 2010, mas o de apresentar as diferentes maneiras nas quais as desigualdades se expressam sob a população baiana, reafirmando os elementos que mensuram as desigualdades no capitalismo.

## REFERÊNCIAS

- ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. **Consulta**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso em: 12 nov.2017
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CASTEL, Robert. **As transformações da questão social**. São Paulo: EDUC, 2010.
- COSTA, Andréa Braz da. **Dados para pesquisa** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <brunaeco77@gmail.com>. em 2 nov. 2017.
- DATASUS, Ministério da Saúde. **Informações demográficas e socioeconômicas do IBGE, Censo 2010**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206>> Acesso em: 11 nov.2017.
- FITOUSSI, J.P; ROSANVALLON, P. **A Nova Era das Desigualdades**. Oeiras: Celta, 1997.
- GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUERRA, Yolanda; et al. O Debate Contemporâneo da “Questão Social”. **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social, Rio de Janeiro, 2005, p.238-253.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2011. Disponível em: <[https://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_estatisticas.htm](https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm)>
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MAURIEL, A.P.O. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano**: impasses teóricos na construção da política social na atualidade. Dissertação (doutorado em ciências sociais). 2008. M446c. – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.
- NETTO, J.P; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.
- PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2010.
- ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem da desigualdade**. Ridendo Castigat Mores. Julho, 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>>
- SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SPSS, Statistical Package for the Social Sciences. **SPSS 16.0**. [S.l]: IBM, [2007?].

TROVÃO, C. J. B. M. **Desigualdade Multidimensional**: Uma abordagem keynesiana para o seu enfrentamento. Dissertação (Doutorado em economia). 2015. T758d. – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

PIKETTY, T. **O capital do século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, T. **A Economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.